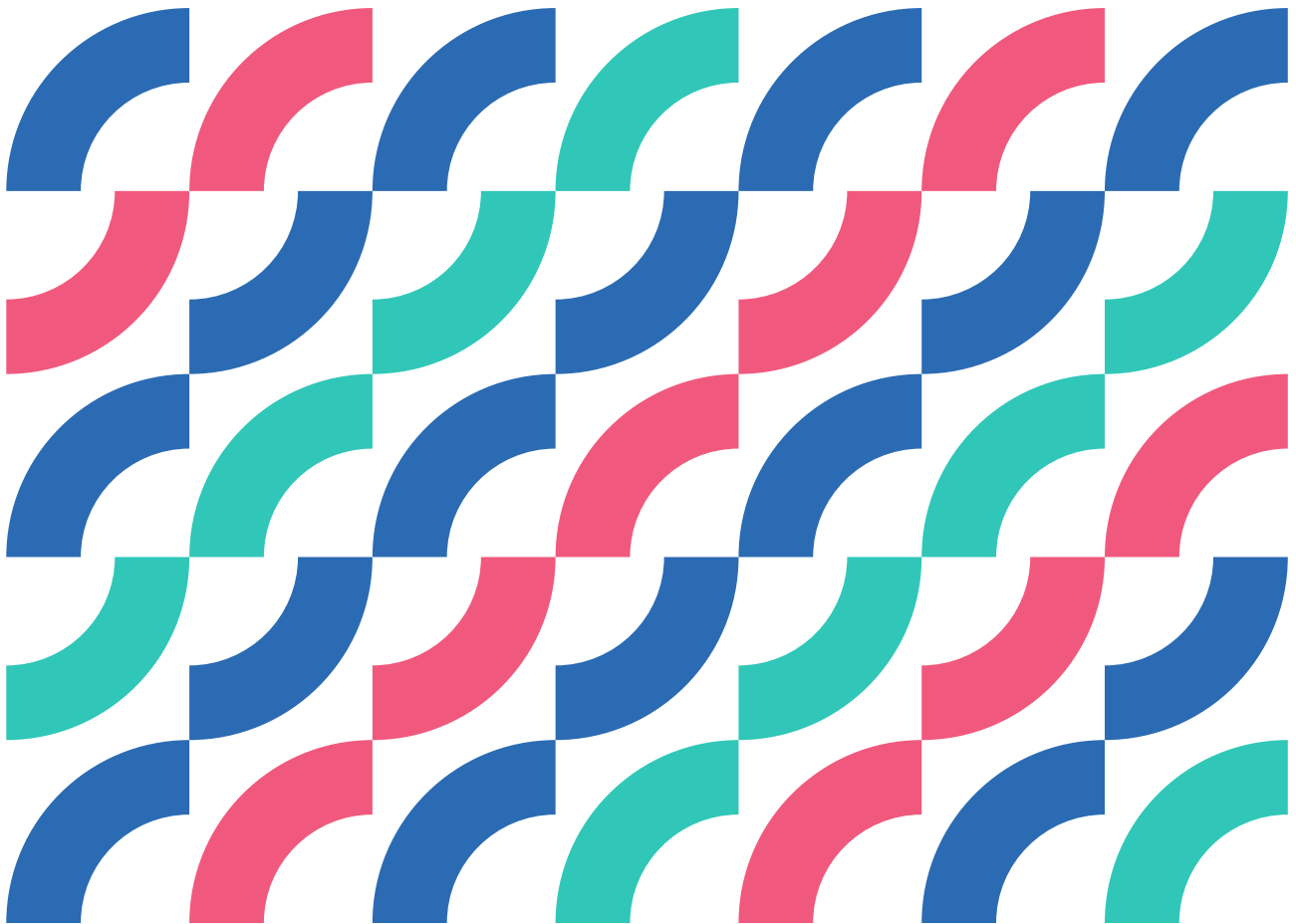


SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS | SIMAPP



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

José Renato Casagrande

VICE-GOVERNADORIA

Ricardo de Rezende Ferraço

NÚCLEO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO – SEP

Álvaro Rogério Duboc Fajardo

SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS – SEGER

Marcelo Calmon Dias

ESCOLA DE SERVIÇO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO – EESP

Lais Alves Garcia

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E INOVAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO – FAPES

Rodrigo Varejão Andreão

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN

Diretor Presidente

Pablo Silva Lira

Diretoria de Estudos e Pesquisas

Pablo Medeiros Jabor

Diretoria de Integração e Projetos Especiais

Antônio Ricardo Freislebem da Rocha

Diretoria Administrativa

Katia Cesconeto de Paula

Coordenação Executiva do SIMAPP

Katia Cesconeto de Paula

Elaboração

Katia Cesconeto de Paula

Amanda Lovatti Coelho Koffer

Pablo Medeiros Jabor

Antonio Ricardo Freislebem da Rocha

Thiago de Carvalho Guadalupe

Letícia Maria Gonçalves Furtado

Kiara de Deus Demura

Sérgio Krakowiak

Editoração

Elderson Amancio

Instituto Jones dos Santos Neves

Sistema de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas – SIMAPP

Vitória, ES, 2025. 64p.; il. tab. (Relatório Anual/Ciclo 2024).

1. Plano Estadual de monitoramento e Avaliação. 2. Políticas Públicas - Monitoramento. 3. Políticas Públicas - Avaliação. 4. Espírito Santo (Estado).

I. Paula, Kátia Cesconeto de. II. Ferreira, Mariana Fialho. III. Jabor, Pablo Medeiros. IV. Lira, Pablo Silva. V. Pereira, Sandra Mara. VI. Guadalupe, Thiago de Carvalho. VII. Título.

As opiniões emitidas são exclusivas e de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo necessariamente, o ponto de vista do Instituto Jones dos Santos Neves ou da Secretária de Estado de Economia e Planejamento do governo do Estado do Espírito Santo.

SUMÁRIO

01	<p>Introdução 08</p> <p>Apresentação do SiMAPP 08</p> <p>Governança e operacionalização 10</p> <p>Ações Estratégicas no Ciclo 2024 14</p> <p>Vencedor do Prêmio Inovex 15</p> <p>Lançamento do livro "Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas: A experiência dos Centros de Referência das Juventudes (CRJs) no Espírito Santo" 16</p> <p>Participação no Conselho Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento (CONSEPLAN) 17</p> <p>Participação em Eventos 18</p>	04	<p>Análise executiva 25</p> <p>Estratégia de Mitigação do Programa Capixaba de Mudanças Climáticas 25</p> <p>Programa Estadual de Ações Integradas sobre Drogas – Rede Abraço 35</p> <p>Programa Qualificar ES 43</p>
02	<p>Plano Estadual de Monitoramento e Avaliação de 2024 21</p> <p>Metodologias de M&A 22</p> <p>Ciclo de M&A Atual 23</p>	05	<p>Avaliação de Impacto 49</p> <p>Avaliação do Programa Escola em Tempo Integral 49</p> <p>Impacto do Programa Estado Presente na Taxa de Homicídios no Espírito Santo: Uma Avaliação Quantitativa e Qualitativa 55</p>
03		06	<p>Considerações finais 61</p> <p>Referências 63</p>



APRESENTAÇÃO

Foto: Banco de Imagens IJSN



Neves foi criada e, desde então, se consolida como um centro de inteligência, essencial para a construção de políticas baseadas em evidências científicas.

E todo esse trabalho é reconhecido por diversas relevantes instituições e redes de pesquisa em âmbito nacional e internacional, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o INCT Observatório das Metrôpoles, e o Centro de Aprendizagem em Avaliação e Resultados para a África Lusófona e o Brasil (FGV EESP CLEAR), dentre outras. O reconhecimento, conquistado ao longo dessas cinco décadas, é resultado do trabalho responsável e comprometido de toda a equipe, de pesquisadores, coordenadores, diretores e parceiros, responsáveis por garantir a qualidade e confiabilidade dos resultados das pesquisas compartilhados com gestores públicos e com a sociedade, respondendo às reais necessidades da população.

Observar a trajetória do Instituto Jones é reconhecer uma história de contribuição efetiva para a qualificação de políticas públicas no Espírito Santo e no Brasil. Mas também, é reafirmar o compromisso com um futuro em que dados precisos e soluções assertivas continuarão orientando ações governamentais em benefício de toda a sociedade, reforçando seu papel como um patrimônio da população capixaba. A história do Instituto motiva o fortalecimento contínuo da ciência aplicada à gestão pública, com foco em resultados que façam a diferença na vida das pessoas.

PABLO SILVA LIRA

Diretor Geral do Instituto Jones dos Santos Neves

Ao longo de sua história, o Instituto Jones dos Santos Neves se destaca como referência na produção de conhecimento científico orientado para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos capixabas. E isso se dá por atuação de forma estratégica na geração de informações para subsidiar a implementação, o monitoramento, avaliação e o aprimoramento de políticas públicas. Com uma trajetória marcada pela excelência técnica, o Instituto contribui com o desenvolvimento do Estado do Espírito Santo, ao apoiar a construção de políticas públicas mais eficazes, transparentes e orientadas para resultados.

Em 2025, o Instituto Jones completa 50 anos de valorização da ciência, celebrando comprometimento técnico, seriedade e dedicação à produção de estudos e pesquisas para embasar decisões públicas. Há cinco décadas, o Espírito Santo vivia o seu segundo grande ciclo econômico – de industrialização –, e naquele contexto de transformação, tornou-se necessária a criação de instituições que contribuíssem com o futuro do estado, com base no planejamento estratégico. Foi nesse cenário que a então Fundação Jones dos Santos

Foto: Banco de Imagens IJSN



Em mais um ciclo, o SiMAPP se destaca sendo uma importante ferramenta para o planejamento estadual, contribuindo com evidências científicas que embasam o direcionamento de recursos e decisões a serem tomadas entre políticas e ações estratégicas. A experiência com a sistemática demonstra a importância das decisões baseadas em informações confiáveis, que reflete o uso responsável dos recursos pela gestão pública estadual, pautada no investimento em produção e disseminação do conhecimento. Sua ancoragem institucionalizada é fundamental para fortalecer a governança, o diálogo entre as partes interessadas, e disseminar a cultura de M&A de forma sólida e duradoura.

Deste 2010, o IJSN realiza experiências de M&A que vão culminar na criação do SiMAPP em 2017, sendo o primeiro sistema de M&A instituído por lei no Brasil. Hoje, após 7 ciclos de pesquisa, são diversos os resultados alcançados que deixam um legado para o Espírito Santo, considerando a produção de conhecimento que ultrapassa os limites das políticas públicas avaliadas. Nesse ciclo de 2024, o Plano Estadual de M&A contempla cinco pesquisas avaliativas, das

áreas da educação, segurança pública e proteção social, meio ambiente, saúde e direitos humanos, e ciência, tecnologia e inovação, vinculadas ao Plano Plurianual do Poder Executivo do Espírito Santo (PPA) e que se dividem em dois tipos de metodologia.

Entretanto, é importante ressaltar que o Sistema não é responsável somente pela entrega de resultados ao final das pesquisas, mas contribui também ao longo de todo o processo de investigação, fortalecendo: o diálogo entre os organismos estaduais que diretamente influem na dinâmica orçamentária e de planejamento; a prestação de contas, no âmbito da divulgação das metodologias de pesquisa, conceitos e resultados; e a consolidação da cultura do Monitoramento e Avaliação na gestão de políticas públicas do Espírito Santo, sendo referência para replicação em diversos outros contextos estaduais, ministeriais e até em outras nacionalidades. Para isso, dispõe de mecanismos operativos que se fortalecem dia após dia, graças à contribuição e o esforço dos atores que compõem a sistemática, direta ou indiretamente: gestores, servidores, pesquisadores e cidadãos.

Portanto, é essencial a utilização de mecanismos transparentes e acessíveis para disseminar os resultados alcançados nos ciclos de M&A, como este relatório. Dessa forma, conseguimos impactar positivamente a vida da população, ao aprimorar o trabalho da gestão pública de maneira confiável, sólida e integrada.

KÁTIA CESCONETO DE PAULA

Coordenadora Executiva do SiMAPP

O SIMAPP

Foto: Adobe Stock



Objetivos do SiMAPP

- I Institucionalizar o monitoramento e a avaliação das políticas públicas de forma coordenada e articulada no ciclo orçamentário;
 - II Aprimorar as políticas públicas do Poder Executivo Estadual;
 - III Melhorar a qualidade do gasto público.
- (Lei Estadual nº 10.744/2017)

O Sistema de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do estado do Espírito Santo (SiMAPP) é instituído pela Lei Estadual 10.744, de 5 de outubro de 2017, fundamentando a cultura do monitoramento e avaliação (M&A) de políticas públicas no âmbito estadual. É reconhecido como o primeiro sistema de M&A instituído por lei no Brasil, capitaneado pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) e formulado em um contexto no qual pesquisas avaliativas ou de monitoramento eram desenvolvidas de modo eventual, sem a incorporação contínua dos resultados em decisões estratégicas dos ciclos de políticas públicas (SANTOS; BORGES, 2023). Por sua institucionalização, estrutura um importante processo de tomada de decisões com base em evidências científicas, processo que corrobora para o

uso sustentável e responsável dos recursos do Estado. De acordo com a legislação que o institui, o SiMAPP objetiva institucionalizar as práticas de monitoramento e avaliação de políticas públicas para que essas estejam vinculadas ao ciclo orçamentário do governo do estado do Espírito Santo, aprimorar as políticas públicas do poder executivo estadual, e melhorar a qualidade do gasto público, por consequência (Espírito Santo, 2017). E, para tanto, congrega procedimentos que envolvem diversos agentes no entorno das pesquisas, em todas as etapas de atuação do sistema: desde a definição das áreas temáticas a serem monitoradas ou avaliadas, até a atuação dos pesquisadores e disponibilização dos resultados para a sociedade, fortalecendo a transparên-

cia e publicidade das ações governamentais.

O princípio das atividades do SiMAPP, em 2018, contou com um investimento inicial para a capacitação dos servidores, a fim de perpetuar a cultura do M&A, para que ações internas e externas ao sistema pudessem ser desenvolvidas no estado do Espírito Santo. Pode-se afirmar que o funcionamento do sistema é constituído por um acúmulo histórico na obra contínua e coletiva da administração pública do Espírito Santo, contando com a colaboração das instituições componentes da estrutura de governança e de diversas outras instituições parceiras.

Os resultados apresentados pelo Sistema são encontrados não somente no pleito da gestão pública do

estado, mas também no real benefício concedido à população pelas políticas públicas avaliadas, o que determina a abrangência de suas atividades. Além disso, é válido ressaltar sua importância para a disseminação da cultura do M&A para outras frentes. Essa disseminação pode ser encontrada na construção de bases metodológicas e modelos de atuação nos ciclos de políticas públicas que se consolidam dentro da estrutura operacional do estado, sejam nas pesquisas desenvolvidas pelo IJSN ou em outras ações capacitadas pelos organismos estratégicos do governo estadual. Os excelentes resultados alcançados indicam que esta estrutura fortalece significativamente a gestão pública orientada a resultados, tornando o SiMAPP um modelo replicável e de referência.

GOVERNANÇA E OPERACIONALIZAÇÃO

Para exercer suas competências e finalidades com excelência, a governança do SiMAPP congrega diversos órgãos estratégicos de Governo, em uma estrutura horizontal e republicana. Nesse sentido, a institucionalização do sistema criou dois organismos que, juntos ao Centro de Monitoramento e Avaliação, compõem a estrutura interinstitucional do SiMAPP de órgãos independentes, mas interrelacionados: a Comissão de Análise Estratégica (CAE) e o Núcleo de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (NuMA). Esses são organizados em três esferas: estratégica, tática e operacional.

A seleção das políticas públicas que compõem cada ciclo anual de M&A passa por um processo de validação dentro da estrutura de sua governança. A indicação de políticas é realizada pelo governador ou demandada pelos Órgãos Finalísticos, e a metodologia a ser executada é definida pela Comissão de Análise Estratégica (CAE), no nível estratégico da estrutura, apoiada pelo Programa de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (PM&APP)¹.

A Comissão de Análise Estratégica (CAE) é composta pelas secretarias de Estado da Economia e Planejamento (SEP), de Governo (SEG), de Desenvolvimento (SEDES), de Educação (SEDU), de Saúde (SESA) e de Gestão e Recursos Humanos (SEGER). A comissão garante que as políticas avaliadas e monitoradas estejam de acordo com o Plano Plurianual do Governo do Estado do Espírito Santo.

No nível tático, o Núcleo de Monitoramento e Avaliação (NuMA) é responsável pela coordenação e o acompanha-

mento dos processos que compõem as pesquisas. Coordenado pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), o NuMA é também composto por representantes da SEP e SEGER, além de representantes da Escola de Serviço Público do Espírito Santo (ESESP) e da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES), fundamentais para subsidiar o fomento à disseminação do conhecimento e à pesquisa e inovação.

Por fim, em nível operacional, no Centro de M&A, também de responsabilidade do IJSN, são executados os estudos e pesquisas, coordenados por pesquisadores do instituto, em parceria com os Órgãos Finalísticos, responsáveis pela formulação e execução das políticas públicas, e com a FAPES. É nessa esfera que as pesquisas são desenvolvidas.

Em acréscimo à estrutura operacional, em 2021, foram também criados os Grupos Executivos de Trabalho pela Instrução de Serviço nº38/2021. Os Grupos Executivos são compostos por representantes do Núcleo e do Centro de M&A, e têm como objetivo monitorar o progresso das pesquisas inseridas no Plano Estadual de M&A, em reuniões periódicas. Esse aprimoramento torna a estrutura de governança ainda mais integrada, aproximando os pesquisadores dos gestores das políticas públicas, que contribuem diretamente para que os resultados sejam alcançados em conjunto.

¹ O PM&APP foi criado pela Resolução nº322, de 06 de março de 2023 pelo Conselho Científico Administrativo da FAPES, a fim de esclarecer o progresso de seleção e validação dos projetos de pesquisa a serem executados dentro do SiMAPP, bem como seus prazos, gerenciamento de recursos e prestação de contas.



Estrutura de Governança do SiMAPP

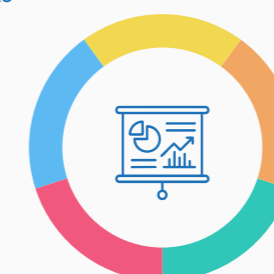
- Comissão de Análise Estratégica - CAE
- Núcleo de Monitoramento e Avaliação - NUMA
- Órgãos Finalísticos



Grupo Executivo de Trabalho: tem a atribuição de acompanhar o andamento dos M&A estabelecidos nos Planos Estaduais. É composto por SEP, SEFAZ, SEGER, ESESP, FAPES, IJSN e Órgão Finalístico gestor da política em avaliação.

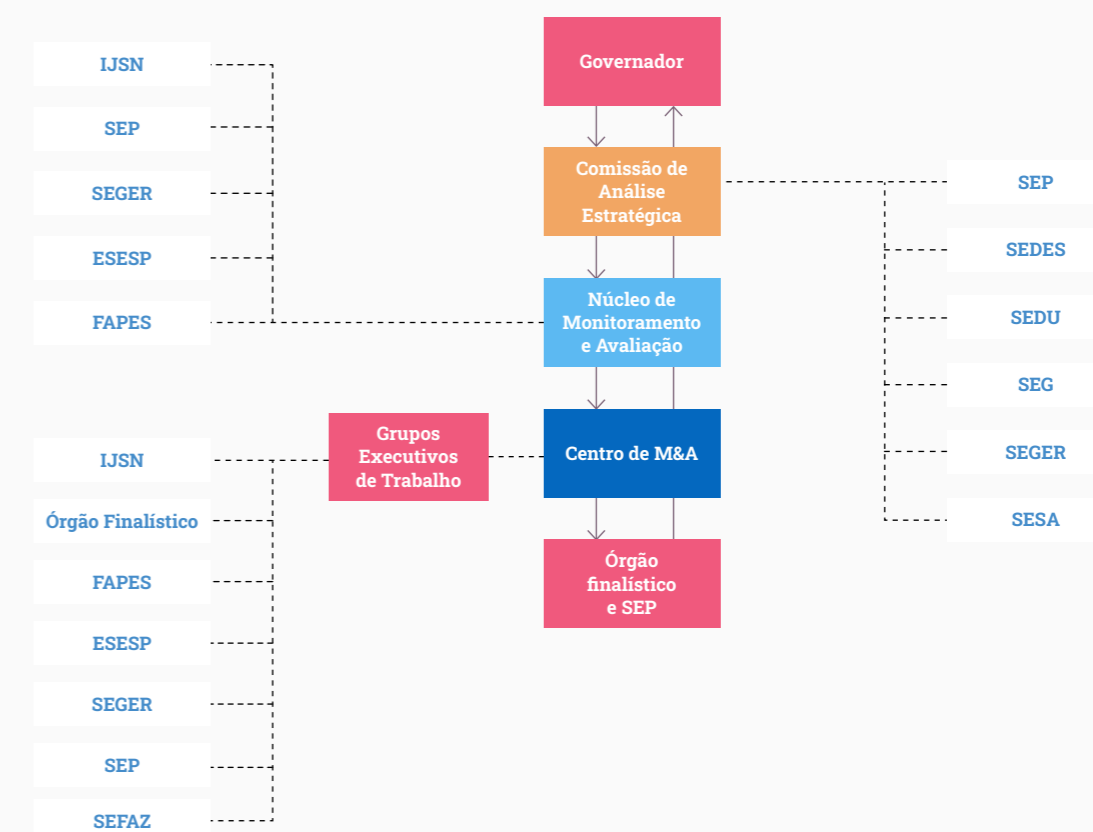
Núcleo de Monitoramento e Avaliação (NUMA)

- SEP
- IJSN
- SEGER
- FAPES
- ESESP



Comissão de Análise Estratégica (CAE)

- Secretário de Governo
- Secretário de Educação
- Secretário da Saúde
- Secretário de Desenvolvimento
- Secretário de Economia e Planejamento
- Secretário de Gestão e Recursos Humanos





Cachoeira Alta em Cachoeiro de Itapemirim

AÇÕES ESTRATÉGICAS NO CICLO 2024

Além das pesquisas inseridas no Plano Estadual de Monitoramento e Avaliação de 2024, durante o ciclo de M&A, ao longo do ano, o Sistema também foi responsável por desenvolver diversas ações, a fim de difundir a cultura do Monitoramento e Avaliação (M&A) no âmbito da administração pública tanto internamente ao Espírito Santo, como externamente, para outras instituições e entidades. As iniciativas destacam a importância da tomada de decisões orientadas por evidências científicas para gestores e servidores públicos, mas também cooperam para que mais pessoas conheçam as ações do Sistema e que novas ferramentas metodológicas e sistemáticas possam ser desenvolvidas

com a mesma finalidade. Entre as ações realizadas, destacam-se a produção de materiais bibliográficos, a promoção e participação de seminários locais, mas com projeção internacional, a realização de apresentações institucionais e a participação em premiações. O Sistema tem ampliado seu alcance por meio da apresentação de sua metodologia a outras instituições interessadas em implementar práticas semelhantes, destacando sua característica replicável. Tais esforços reforçam o compromisso com o aprimoramento contínuo das políticas públicas e consolidam o Espírito Santo como referência nacional na institucionalização de processos de M&A.



Experiência compartilhada com **7 INSTITUIÇÕES**, ministérios ou governos estaduais.

05 PESQUISAS DESENVOLVIDAS NO PLANO ESTADUAL DE M&A.

15 AÇÕES ESTRATÉGICAS REALIZADAS

VENCEDOR DO PRÊMIO INOVES

Como forma de reconhecimento social e institucional do trabalho desenvolvido pelo SiMAPP, em 2024 o sistema é reconhecido como vencedor na categoria voto popular do Prêmio Inovação na Gestão Pública do Espírito Santo (Inoves), com mais de 4 mil votos recebidos, em um total aproximado de 7 mil na categoria. Promovido pelo Governo do Estado do Espírito Santo, a iniciativa tem como propósito valorizar práticas inovadoras que contribuam para qualificar os serviços oferecidos à população. Além da categoria na qual foi premiado, o sistema também foi finalista como Projeto de Resultado no Poder Executivo Estadual, concorrendo com outros projetos estratégicos de grande relevância para o estado.

No ano de 2022 o IJSN, responsável pela coordenação do Núcleo e do Centro de M&A, já havia sido premiado com dois projetos relevantes: o Observatório da Segurança Cidadã, voltado à produção de informações para

a gestão da segurança pública, e o Mapa e Matriz de de Risco da Covid-19, desenvolvido em parceria com o Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo, utilizado como instrumento técnico para o planejamento e a tomada de decisões durante a pandemia.

A conquista de 2024 reafirma o protagonismo do IJSN na promoção de metodologias orientadas por evidências, que objetivam a qualificação das políticas públicas estaduais de modo responsável e eficiente. Além disso, o prêmio simboliza uma conquista coletiva, compartilhada com os cidadãos que, por meio do voto, demonstraram confiança na relevância e efetividade do SiMAPP. O reconhecimento reforça a importância de se consolidar a cultura do M&A como pilar das ações de planejamento e gestão de políticas públicas, de maneira transformadora e comprometida com o alcance de resultados concretos para a sociedade.

A ampla mobilização em torno da iniciativa evidencia seu potencial como referência regional e nacional em práticas avaliativas no setor público.



Foto: Site IJSN



Foto: Adobe Stock

LANÇAMENTO DO LIVRO “MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: A EXPERIÊNCIA DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DAS JUVENTUDES (CRJS) NO ESPÍRITO SANTO”

Ainda referente ao ciclo 2023, no mês de março de 2024, o Centro de M&A sob coordenação do IJSN, em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos (SEDH), realizou o lançamento do livro “Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas: A experiência dos Centros de Referência das Juventudes (CRJs) no Espírito Santo”, em Vitória. A programação do evento de lançamento também incluiu uma roda de conversa com as autoras da obra, que discutiram desafios e resultados da pesquisa.

A obra documenta a pesquisa iniciada em 2021 e finalizada em 2023, que apresenta um plano de monitoramento desenvolvido por análise aprofundada sobre as duas primeiras unidades dos CRJs, de Feu Rosa, no município de Serra, e de Terra Vermelha, no município de Vila Velha. O evento reuniu gestores de políticas públicas, pesquisadores e representantes de organizações

voltadas à população jovem. Durante o evento foram destacados o impacto da política e sua importância para o estado do Espírito Santo, funcionando dentro do escopo de atuação do “Programa Estado Presente”.

Além da relevância da política pública em si, durante o evento foi amplamente apresentada a importância de sistemas de monitoramento e avaliação para aprimorar políticas públicas. Conforme discutiram os participantes, as ações de M&A desenvolvidas pelo SiMAPP são fundamentais para produzir análises detalhadas e definir indicadores relevantes para acompanhar o andamento das ações do Estado e a carteira de projetos inseridos no planejamento estratégico estadual, além de permitir a escuta precisa dos beneficiários das políticas públicas monitoradas ou avaliadas. De acordo com a pesquisa, mais de 90% dos beneficiários avaliaram como “ótimas” as suas experiências com os CRJs, e são essas, entre outras, informações que contribuem como subsídios para o aperfeiçoamento e expansão das atividades oferecidas.

Além do material físico, o livro também pode ser acessado no site do IJSN: <https://ijsn.es.gov.br/publicacoes/livros/a-experiencia-dos-centros-de-referencia-das-juventudes-crjs-no-espírito-santo>





Foto: Site IJSN

PARTICIPAÇÃO NO CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS ESTADUAIS DO PLANEJAMENTO (CONSEPLAN)

No segundo semestre de 2024, o SiMAPP passou a integrar o Grupo de Trabalho de Monitoramento e Avaliação (GT de M&A) do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Planejamento (Conseplan), junto à Secretaria de Economia e Planejamento (SEP). Por meio de um acordo de cooperação técnica entre o Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) e o Conseplan, quatro GTs foram criados, com o objetivo de aprimorar os sistemas de planejamento e orçamento dos estados: Gestão de Investimentos Públicos; Planejamento, Orçamento e Revisão de Gastos; Monitoramento e Avaliação; e Planejamento.

O GT de M&A constitui um espaço colaborativo que reúne representantes de secretarias estaduais de planejamento de todo o país. As atividades são desenvolvidas

por meio de encontros periódicos em formato online e presencial, nos quais são discutidas experiências, metodologias avaliativas, atos normativos, resultados e desafios comuns aos estados no âmbito da avaliação de políticas públicas. Os encontros têm fomentado um intercâmbio de saberes e boas práticas, contribuindo para disseminar instrumentos técnicos e soluções inovadoras a serem adaptadas a cada realidade.

As atividades desenvolvidas ao longo do semestre se concentram na análise contínua das políticas públicas e programas de governo de cada estado. Nesse contexto, são desenvolvidos diagnósticos coletivos e contínuos das experiências apresentadas pelos participantes, identificando desafios e oportunidades para o fortalecimento das políticas públicas. As discussões têm como foco a integração dos processos de planejamento, monitoramento e avaliação às decisões estratégicas dos governos estaduais, e isso se dá pelo intercâmbio de metodologias e pela padronização de conceitos para fortalecimento da cultura de M&A. A presença do SiMAPP no Conseplan reforça sua relevância como modelo nacional na promoção de políticas públicas orientadas por evidências científicas.

PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS



a) Semana gLOCAL de Avaliação 2024: Integrando a programação da Semana gLOCAL de Avaliação de 2024, o SiMAPP foi responsável por organizar o seminário "Monitoramento & Avaliação: a Popularização de Políticas Públicas Baseadas em Evidências". O evento foi realizado no mês de junho, em formato virtual, e abordou o fortalecimento da cultura de M&A e de suas ferramentas para a formulação e o aprimoramento de políticas públicas. A participação do IJSN incluiu dois painéis: "Perspectivas Integradas em M&A: Unindo Forças para a Mudança Transformacional" e "Experiências de M&A no Âmbito do Sistema de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Espírito Santo". Além disso, no mesmo contexto, o sistema foi representado pela coordenadora executiva, Katia Cesconeto, no webinar "Lentes de Gênero", destacando a importância do M&A na promoção de políticas mais equitativas. A Semana de Avaliação é organizada pela Global Evaluation Initiative (GEI) e reúne diversas organizações em todo o mundo.



b) XI Seminário Nacional da Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação: Também no mês de junho, o SiMAPP participou do XI Seminário da Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação (RBMA), um dos principais fóruns técnicos do país voltados à discussão de práticas de monitoramento e avaliação na gestão pública. O evento buscou promover discussões transdisciplinares sobre M&A em diversas áreas, como meio ambiente, saúde, educação e desenvolvimento social. A participação do SiMAPP se estabeleceu na sessão temática "Novas abordagens e tecnologias para o monitoramento e avaliação: experiências com políticas públicas", com enfoque na apresentação da experiência do Espírito Santo na institucionalização dos processos de monitoramento e avaliação integrados ao ciclo orçamentário e ao planejamento estratégico do estado. Foram destacados os atos normativos, metodologias e principais resultados alcançados, reforçando o pioneirismo capixaba.

Foto: Site IJSN



c) Seminário Políticas Públicas Informadas por Evidências: No mês de novembro, o SiMAPP participou do seminário "Políticas Públicas Informadas por Evidências", espaço técnico dedicado à disseminação de práticas e experiências voltadas ao uso de evidências

na formulação, implementação e no aprimoramento de políticas públicas. O evento foi promovido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), e integrou a programação comemorativa dos 60 anos do Ipea. Os fundamentos metodológicos e institucionais do Sistema foram compartilhados com atores de diversas instituições, na mesa-redonda "Avaliação, Monitoramento e Uso de Evidências para aprimoramento das Políticas Públicas e fortalecimento democrático", e sua participação destacou o SiMAPP como iniciativa pioneira no país, sendo referência para novas experiências com sistemas de M&A em outras localidades.

ACOMPANHAMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

A) Apresentação de resultados junto ao NuMA: Os principais resultados alcançados pelas pesquisas componentes do Plano Estadual de M&A de 2023 foram apresentados ao Núcleo de Monitoramento e Avaliação, como devolutiva das atividades e ações executadas ao longo do ciclo de M&A. As apresentações foram realizadas pelos coordenadores das pesquisas, que expuseram os principais marcos de entrega alcançados no período, incluindo a consolidação de metodologias e indicadores para andamento das atividades de pesquisa. Foram destacadas as avaliações dos programas Reflorestar e Capixaba de Mudanças Climáticas, dos Centros de Referência das Juventudes (CRJs) e das Políticas de Ações Integradas sobre Drogas - Rede Abraço. Durante o encontro foi reforçada a importância das práticas de M&A para a efetividade das políticas públicas, com ênfase no papel colaborativo do SiMAPP na articulação de ações interinstitucionais para o aprimoramento da gestão das políticas públicas do estado. As discussões contribuíram para informar sobre a situação das pesquisas, e permitiram identificar pontos de melhoria, alinhar prioridades estratégicas e orientar o planejamento das ações para o exercício em 2025.

B) Reuniões com os Grupos Executivos de Trabalho: Durante todo o ano, o sistema realizou o acompanhamento do andamento de cada projeto de pesquisa junto aos Grupos Executivos de Trabalho. Para aprimorar o acompanhamento das pesquisas, a partir de 2021 o SiMAPP passou a contar com a atuação dos Grupos Executivos, criados pela Instrução de Serviço nº 38/2021. Esses grupos são encarregados de discutir e monitorar o progresso das pesquisas desenvolvidas dentro do sistema. Para cada pesquisa, é nomeado um grupo específico que acompanhará o progresso das atividades durante o ciclo de M&A, em reuniões periódicas. Compõem os grupos representantes das secretarias de Economia e Planejamento (SEP), de Gestão e Recursos Humanos (SEGER) e da Fazenda (SEFAZ), além da Escola de Serviço Público (ESESP), da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação (FAPES), da equipe encarregada pela pesquisa e representantes do órgão gestor da política que está sendo avaliada. Em 2024, participaram das reuniões representantes das secretarias de Governo (SEG), da Educação (SEDU), de Segurança Pública (SESP), do Meio Ambiente (SEAMA) e de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI). O acompanhamento regular ajuda a aproximar gestores e pesquisadores, permitindo que se envolvam em discussões e compartilhem informações atualizadas que podem influenciar o progresso das atividades, de maneira transparente e integrada.

REPLICABILIDADE DO SIMAPP

Foto: Banco de imagens LISN



Destacando o papel pioneiro do SiMAPP no Brasil, mais de onze instituições de outros estados, ministérios e países manifestaram interesse em entender sua organização operacional a fim de replicar ações em suas respectivas realidades. Entre elas estão as equipes do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), do Tribunal de Contas do estado, e de países como França, Japão e Moçambique, por exemplo. Com base nas experiências compartilhadas, três instituições replicaram a metodologia, adaptando os processos aos seus contextos e necessidades.

Ao longo de 2024, a metodologia e os resultados do SiMAPP foram apresentados a representantes de entidades como o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e Ministério da Educação (MEC), ao Ministério da Saúde (MS), e a organismos ligados aos governos estaduais de Goiás, Sergipe, São Paulo, Maranhão e do Paraná, representado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). Nos encontros, os participantes puderam conhecer o funcionamento do sistema, seus principais resultados e desafios superados durante a implementação, com o foco em subsidiar os interessados com in-

formações que os preparem para possíveis situações a serem encontradas ao longo da execução do sistema e das pesquisas.

A cada ano o modelo capixaba se consolida como referência nacional no campo da avaliação de políticas públicas, especialmente em razão da cultura de planejamento cultivada no estado há mais de duas décadas, além do constante aprimoramento de processos e fortalecimento das articulações entre organismos estratégicos.

Alguns dos contatos realizados se estabeleceram através dos encontros e articulações do Conseplan, que permitiram a interlocução entre os estados. O contato com as instituições reforça a importância da cooperação federativa para o fortalecimento das práticas avaliativas e ao desenvolvimento de sistemas para garantia da eficiência e da efetividade das políticas públicas. Além disso, o intercâmbio de saberes dissemina a cultura de monitoramento e avaliação do Espírito Santo, destacando a característica replicável do SiMAPP.

Plano Estadual de Monitoramento e Avaliação de 2024

Estação de Mathilde em Alfredo Chaves

METODOLOGIAS DE M&A

Pela Lei Estadual 10.744/2017, entende-se por “Monitoramento”, o acompanhamento e registro regular de uma política (projeto, programa ou ação), a fim de identificar potenciais correções medidas por indicadores de desempenho, produzidos com base em diferentes fontes de dados (Espírito Santo, 2017). Da mesma maneira, a “Avaliação” é entendida como uma etapa fundamental do planejamento estatal, que se realiza por análise sistemática do objetivo de uma política finalizada ou em curso, tendo em vista sua eficiência, efetividade, impacto, relevância e coerência para melhorar a quali-

dade da gestão que incide sobre a efetividade da ação estatal.

Dentro de uma sistemática, a complementariedade entre M&A é essencial para tornar os resultados substanciais. No SiMAPP, para além do monitoramento, três linhas avaliativas são estabelecidas a fim de contemplar a maior gama de políticas públicas possíveis de serem avaliadas. As metodologias são definidas conforme a característica da política pública a ser avaliada, os objetivos pretendidos pela pesquisa, ou a situação de sua implementação.

Monitoramento:

- Informações mais diretas e tempestivas sobre o desenvolvimento e a implementação da política;
- Pode ser sistematizado em painéis ou sistema de indicadores;
- Os indicadores contribuem para desenhar a avaliação da política, sendo definidos para todas as suas etapas: insumos, atividades, produtos, resultados e impactos, e podendo ser relacionados a informações quantitativas ou qualitativas;
- Oferece insumos e ajustes para correção no cotidiano da implementação da política.

Análise Executiva:

- Gera uma visão global do desempenho da política;
- Mescla várias metodologias;
- Se trata de um raio-x da intervenção;
- Pode ser realizada pela própria equipe responsável pela política;
- Gera recomendações quanto à necessidade de ajustes ou de avaliações mais aprofundadas;
- Etapas da análise: caracterização da política, diagnóstico do problema, desenho, processos, percepção dos beneficiários, resultados da política, análise crítica e recomendações.

Avaliação Ex post:

- Ocorre quando uma política já está sendo implementada, ou se já foi finalizada;
- Verifica a efetividade e a eficiência da política;
- Levanta e avalia os efeitos e impactos da política;
- Pode ser de diversos tipos: avaliação de desenho, de processo, de impacto e de custo benefício, por exemplo.

Avaliação Ex ante:

- É a avaliação para novas políticas, ocorrendo antes da implementação de uma intervenção;
- Avaliação mais recomendada internacionalmente;
- Permite o alcance de maior efetividade de ações públicas;
- Gera amplo conhecimento para formulação de políticas;
- Analisa a viabilidade da política formulada e as decisões necessárias à sua execução;
- Em seu escopo, podem ser realizados: o diagnóstico do problema, o desenho da política, o projeto de implementação, a análise dos riscos, os planos de M&A para a política, e a análise de custos, por exemplo.

As informações pertinentes a cada linha avaliativa estão reunidas no “Guia para Avaliar Políticas Públicas”, roteiro criado pela equipe técnica do Centro de M&A do SiMAPP, em conjunto com instituições parceiras, a fim de orientar o planejamento das práticas de M&A. O Guia é composto por 4 Volumes, além de anexos, que tratam de cada metodologia avaliativa em específico, e está disponível na página do SiMAPP no site do IJSN.

CICLO DE M&A ATUAL

Em 7 anos de implementação, o SiMAPP foi responsável por monitorar ou avaliar 16 políticas públicas, de diversas áreas vinculadas ao Plano Plurianual do Estado. No ciclo de M&A de 2024, o Sistema foi responsável pela execução de 5 projetos de pesquisa, conforme o Plano Estadual de Monitoramento e Avaliação (Decreto nº 5664-R, de 27 de março de 2024), apresentados neste relatório. As pesquisas foram realizadas seguindo as

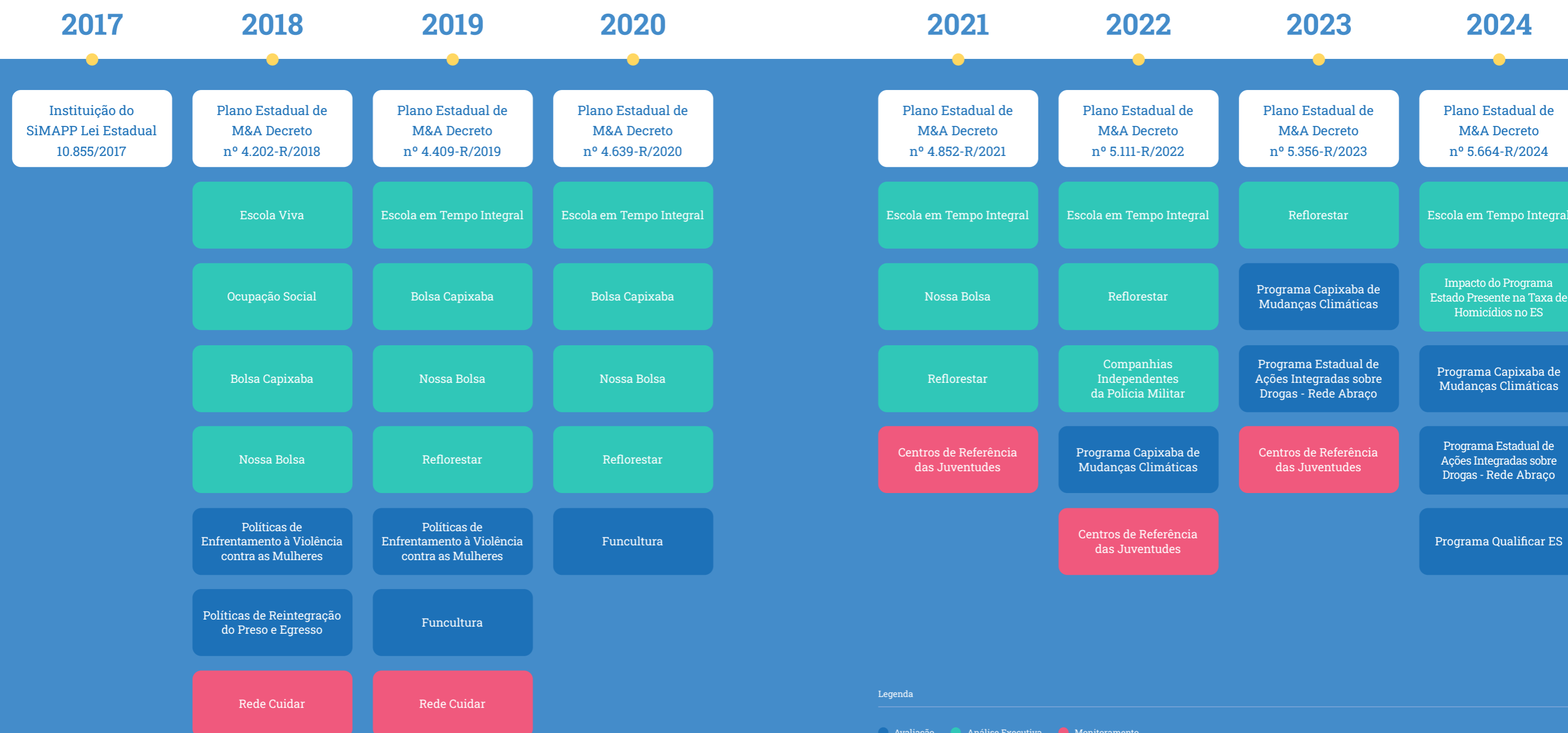
linhas e metodologias de avaliação e análise executiva, conforme as características das políticas públicas a serem avaliadas.

Foram iniciadas as pesquisas de avaliação do Programa Escola em Tempo Integral e do impacto do Programa Estado Presente na taxa de homicídios no Espírito Santo, além da análise executiva do Programa Qualifi-

car ES. As pesquisas integram os temas estratégicos do planejamento estadual de: Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Segurança Pública, Justiça e Proteção Social; e Desenvolvimento Econômico e Ciência, Tecnologia, Inovação e Turismo, respectivamente.

Além disso, o Plano de 2024 continuou o desenvolvimento das pesquisas de análise executiva do Programa Capixaba de Mudanças Climáticas e do Programa

Estadual de Ações Integradas sobre Drogas - Rede Abraço, com essa última já apresentando seus resultados finais em relatório. Ambas integram os temas estratégicos de: Proteção Social, Saúde e Direitos Humanos; e Agricultura e Meio Ambiente. Os resultados alcançados no ciclo 2024 são apresentados a seguir, seguindo as respectivas metodologias e cronogramas de cada pesquisa executada.



Legenda

- Avaliação
- Análise Executiva
- Monitoramento

Análise Executiva

Estratégia de Mitigação do Programa Capixaba de Mudanças Climáticas

A pesquisa é atribuída pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEAMA) e executada pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES).

O projeto coordenado por Pablo Medeiros Jabor (IJSN) e conta com mais 10 pesquisadores bolsistas na equipe.

Foto: Tadeu Bianconi



Pontilhão em Conceição da Barra

CARACTERIZAÇÃO DA POLÍTICA



Foto: Adobe Stock

O Programa Capixaba de Mudanças Climáticas - PCMC, nasceu em 2023 como uma ferramenta para auxiliar o Estado frente ao desafio das mudanças climáticas. Visando coordenar e integrar esforços, políticas públicas e ações concretas, para materializar os compromissos assumidos pela Política Estadual de Mudanças Climáticas (Lei 9.531/2010) e pelas campanhas internacionais "Race to Zero" e "Race to Resilience", em consonância com as agendas nacional e global.

A estrutura de gestão envolve uma coordenação geral (Governador do estado), uma coordenação executiva (Secretário da SEAMA) e quatro comitês estratégicos formados por Secretarias, Autarquias e Empresas Públicas que atuam nas áreas essenciais para implementação das ações estaduais de mitigação e adaptação. Os comitês têm o papel de monitorar e integrar os projetos existentes, propor melhorias e auxiliar na tratativa de problemas e/ou desafios.

A estratégia do Programa concentra-se na mitigação e adaptação e reúne os Órgãos da Administração Estadu-

al com projetos e iniciativas alinhados com o objetivo de reduzir e estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa (GEE), mitigar impactos e criar condições para adaptação às alterações do clima e suas consequências, por meio de obras e serviços, informação, cultura e educação.

O Programa é composto por cerca de 70 projetos e ações, incluindo projetos estratégicos, entre os quais foram elencados 11 do Eixo Mitigação para a Análise Executiva (AE), com o intuito de apresentar um diagnóstico do desempenho da política pública, oferecendo suporte aos gestores na continuidade da política.

Onze políticas públicas do Eixo Mitigação do PCMC estão contempladas na Análise Executiva.

PANORAMA DA PESQUISA

Para a Análise Executiva do PCMC, 11 políticas (Ações, Planos, Projetos e Programas), que contribuem para a redução da emissão de GEEs foram selecionadas dentro do Eixo Mitigação pelo Grupo de Trabalho do SiMAP-PP. A seleção considerou políticas concluídas ou em andamento para uma avaliação ex-post, realizada através de análises rápidas e processo analítico global e integrado de programas e projetos governamentais. Os resultados permitem apresentar uma visão geral sobre o desempenho da política pública, demandando baixo dispêndio de recursos.

Nos primeiros 3 meses de 2024 houve a contratação dos bolsistas, acesso e preparação da equipe sobre a meto-

dologia, inclusive com a participação na Oficina "ANÁLISE EXECUTIVA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS". Uma vez capacitada, a equipe realizou as Análises Executivas do Plano de Descarbonização, Programa Reflorestar, Programa Gerar e o Projeto de Mobilidade Elétrica no ES, concluídas entre agosto e dezembro de 2024.

Mitigação consiste na redução das emissões de GEE para evitar ou diminuir os efeitos da mudança do clima (IPCC, 2014).

As Análises Executivas são realizadas a partir da metodologia descrita no volume 3 do Guia para Avaliar Políticas Públicas (IJSN, 2018). As etapas desenvolvidas em cada análise consistem em:

- a) Caracterização da Política;
- b) Diagnóstico do Problema;
- c) Análise do Desenho;
- d) Análise dos Processos;
- e) Percepção dos Beneficiários;
- f) Resultados da Política;
- g) Análise Crítica;
- h) Recomendações.

As primeiras etapas (a - f) são analisadas a partir da pesquisa exaustiva dos documentos existentes e são complementadas por entrevistas com os gestores e coordenadores das políticas. A partir da

coleta do material, é possível identificar os objetivos, metas e resultados alcançados, o público-alvo, os instrumentos legais, entre outras informações, elaborar o Modelo Lógico e compreender o desempenho da política pública. Munida desse conhecimento, a equipe realiza a Análise Crítica (g). Essa análise é realizada a partir da elaboração da Matriz de Análise SWOT, onde são identificadas as forças (Strengths), as fraquezas (Weaknesses), as oportunidades (Opportunities) e as ameaças (Threats) das políticas. As forças e fraquezas são variáveis internas ao projeto, como a competência dos participantes e cumprimento dos prazos e objetivos. Já as ameaças e oportunidades são externas, onde são listados os investimentos, as políticas estaduais e nacionais que podem alavancar ou retardar a execução do plano de ação, por exemplo.

As recomendações, última etapa da AE, são propostas a partir do produto da etapa anterior com o objetivo de auxiliar os gestores a corrigirem as fraquezas identificadas, alertar sobre os desafios que a política pública enfrenta ou pode enfrentar e sinalizar oportunidades e melhorias. As recomendações são categorizadas, dependendo da ação, do plano, do projeto ou do programa, entre recursos humanos, políticas públicas, abordagens metodológicas, transparência, divulgação,

governança e tecnologia, o que facilita a identificação das ações necessárias.

A análise SWOT permite avaliar o desempenho do política e tecer recomendações para auxiliar os gestores na sua execução.

CRONOGRAMA DA PESQUISA



RESULTADOS PARCIAIS



Foto: Adobe Stock

Em alguns casos, a dificuldade de ajustes de agendas dos múltiplos atores envolvidos, os diferentes níveis de sigilo dos documentos e dados públicos referentes às políticas, muitas vezes pulverizados e/ou não atualizados, são desafios para a equipe da Análise Executiva no desenvolvimento da pesquisa. Isso deve-se ao fato do Programa ser complexo, dinâmico e estar em construção, onde estão envolvidas várias entidades, diferentes estruturas (ação, planos, projetos e programas), tempo de ação, público-alvo e níveis de evolução.

OS DESAFIOS DO PCMC DESTACADOS SÃO:

Governança que atenda uma política de longa duração que inclua diversas ações com recorte temporal e objetivos complementares, garantindo a gestão estratégica, a coordenação operacional e o alinhamento de cada política com o PCMC.

Adoção de metodologia para o monitoramento integrado das políticas contempladas no PCMC a partir de banco de dados e indicadores de desempenho.

Sensibilização do poder público, do setor privado e

da sociedade visando a participação social e a publicidade, seguindo o princípio da transparência na gestão pública.



Força

Protagonismo do estado



Fraqueza

Falta de integração



Oportunidade

Cenário nacional e internacional



Ameaça

Alteração de prioridade governamental

PLANO DE DESCARBONIZAÇÃO



CARACTERIZAÇÃO

Coordenado pela UFES e financiado pela FAPES, o Plano de Descarbonização e Neutralização das Emissões de GEE do ES (2021-2024) é uma peça central no cumprimento

dos compromissos do estado com a campanha Race to Zero, delineando estratégias para atingir as metas de neutralização de emissões de gases de efeito estufa até 2050. Para atingir seu objetivo, o Plano incorpora a visão da sociedade civil, da academia e representantes do governo e da iniciativa privada.

TEORIA DO PROGRAMA

O cenário de mudanças climáticas requer o envolvimento federal, estadual e local para minimizar as emissões de gases de efeito estufa e suas consequências à sociedade. O estado do Espírito Santo tem atuado intensamente nas discussões sobre o clima, promovendo a articulação nos vários níveis de governo e reforçando seu papel de liderança no assunto. Assim, o Plano tem como objetivo

munir os gestores públicos de informações e estabelecer estratégias de modo a viabilizar a implementação de projetos e ações coordenadas entre os setores público e privado que promovam as transformações necessárias levando à neutralização da emissão dos gases de efeito estufa.

ANÁLISE CRÍTICA

As forças incluem a capacidade técnica da equipe e a designação de servidores do Governo atuando com os pesquisadores. Houve a participação da sociedade civil por meio de Consulta Pública, a inclusão de metas de outros programas em andamento, o respaldo de marcos legais e o apoio de instituições estaduais. A principal fraqueza identificada foi a alteração do escopo com a retirada dos planos de ação em função da mudança da equipe gestora. As oportunidades estão atreladas ao atual cenário mundial de atenção às mudanças climáticas e o protagonismo nacional do ES nesse tema. Quanto às ameaças, destacam-se a descontinuidade do cenário político, as substituições de gestores, as alterações de prioridades e as demandas emergenciais, o que colocariam em risco a manutenção das atividades.

PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES

- Criar uma Coordenação Gestora e Executora de alta competência, experiência, poder de articulação em diversos níveis políticos e, de preferência, com dedicação exclusiva à execução do Plano.
- Funcionar como pilar do eixo mitigação do PCMC.
- Capacitar a equipe executora considerando as abordagens metodológicas, visando a materialização das metas e estratégias.
- Fortalecer a Comissão de Acompanhamento de Metas do Plano de Descarbonização.
- Assegurar que o Plano de Descarbonização mantenha um perfil "vivo".
- Incorporar mecanismos específicos que assegurem a análise de impacto social e a participação comunitária.
- Criar Portal Eletrônico que garanta o repositório de informações.
- Coordenar as ações de forma intersetorial, multidisciplinar e com mecanismos de decisão eficientes superando as burocracias inerentes ao modelo de gestão pública.

REFLORESTAR



CARACTERIZAÇÃO

O Reflorestar nasceu em 2011 e começou a ser executado em 2013. É desenvolvido sob a coordenação da SEAMA em parceria com o BANDES e apoio da SEAG, IDAF e INCAPER.

Atua com o objetivo de contribuir com o equilíbrio do ciclo hidrológico por meio da Conservação e Recuperação Florestal, com geração de oportunidades e renda para os (as) produtores (as) rurais. Utiliza como ferramenta o pagamento por serviços ambientais (PSA) apoiando práticas de uso amigável do solo.

TEORIA DO PROGRAMA

O Programa Reflorestar, tem sua estrutura baseada na problemática do baixo índice de cobertura florestal e o elevado risco hídrico do Espírito Santo. A conversão de áreas cobertas por florestas nativas em áreas dedicadas a diversos outros usos, impactam a qualidade dos solos, a proteção dos recursos hídricos, a biodiversidade e a absorção de carbono atmosférico. Por meio

de apoio financeiro e orientação técnica, incentiva a correção dos passivos ambientais e a adesão a práticas produtivas mais amigáveis ao solo, principalmente nas áreas dos mananciais utilizados para o abastecimento humano dos centros urbanos do estado.

ANÁLISE CRÍTICA

A análise crítica evidenciou como principais forças a boa estrutura jurídica e técnica, as parcerias, os resultados, o sistema de gestão dos PSAs, os recursos humanos qualificados e os recursos financeiros. As oportunidades englobam a integração das agendas para enfrentamento das crises socioambientais, a intensificação de esforços e recursos direcionados à restauração florestal e o aumento da eficiência das ferramentas de monitoramento e controle. As fraquezas incluem os recursos humanos insuficientes, a dependência de parceiros, as dificuldades no monitoramento dos projetos e na mobilização do público-alvo. As ameaças giram em torno da vulnerabilidade da floresta e das práticas produtivas frente aos eventos naturais extremos e aos impactos de ações antrópicas e da possível descontinuidade do programa devido a mudanças políticas.

PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES

- Reestruturar a equipe gestora, priorizando a recomposição do quantitativo.
- Estruturar um programa de capacitação e treinamento dos agentes de campo, para garantir a qualificação técnica e o alinhamento de objetivos e estratégias.
- Estruturar um plano de comunicação interna que contemple as ações de divulgação, comunicação de resultados e troca de experiências e externa com ações de sensibilização sobre os serviços ambientais e o papel dos produtores rurais parceiros.
- Fortalecer parcerias estabelecidas e formar novas parcerias para agilizar a consolidação e avaliação dos resultados.
- Criar um conselho gestor, com representantes dos grupos de atores do Reflorestar e do grupo gestor do PCMC para gestão estratégica, articulação e alinhamento.

GERAR



CARACTERIZAÇÃO

O Gerar ES nasce em 2021 sob coordenação da SEDES em parceria com outros entes, após estabelecer instrumentos regulatórios, habilitar financiamentos e incentivos,

realizar pesquisas, firmar acordo com concessionárias de energia e criar redes de acesso. Os objetivos são fomentar a produção de energia renovável, promover redução das emissões de GEE na geração de energia elétrica, diversificar a matriz energética, descentralizar o desenvolvimento e tornar o ambiente de negócios do ES mais competitivo e seguro.

TEORIA DO PROGRAMA

O Gerar tem sua estrutura ancorada na complexa problemática inerente aos desafios ambientais, econômicos e políticos vinculados ao necessário processo de transição energética justa. Para tanto, elegeu 6 eixos de atuação (Pesquisas & Desenvolvimento, Instrumentos Regulatórios, Incentivos Tributários, Acesso à Rede, Desenvolvimento Regional e Linhas de Financiamento), como forma de efetivar

a criação de ambiente propício ao fomento da produção de energias renováveis, em colaboração à matriz energética, sem deixar de considerar a competitividade e o desenvolvimento do ES.

ANÁLISE CRÍTICA

As principais forças são o estabelecimento de instrumentos e ambiente que permitam o fomento da produção de energia renovável e colaborem na transição energética com manutenção da competitividade e do desenvolvimento. As oportunidades centrais são a crescente demanda por energia elétrica renovável, o atual cenário de enfrentamento, o potencial energético do ES, a redução de riscos (apagões e competitividade) e a necessidade de políticas de transição energética. As fraquezas são a falta de apuração de resultados específicos, a presença de equipe reduzida na gestão, textos e links desatualizado se e dar publicidade ao seu desempenho e participação no PCMC. As ameaças são o risco de descontinuidade por mudança do cenário político, o alto custo para implementar tecnologias de transição, a perda de investimentos e a redução da competitividade frente a outras regiões.

PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES

- Dimensionar recurso humano necessário para manter os processos do Programa em funcionamento e consiga, ao mesmo, trabalhar nas atualizações e melhorias necessárias;
- Atualizar os materiais e conteúdos nas plataformas digitais do Programa (página da SEDES, do Programa Invest-ES e SisGerar);
- Instituir aferição e no acompanhamento dos indicadores de desempenho dos diferentes eixos do Programa e promover uma gestão estratégica e integrada desses;
- Trabalhar a publicidade e transparência do Programa, especialmente de seu desempenho e relação com o PCMC, a fim de ampliar e impulsionar sua performance e de incrementar sua governança.
- dos grupos de atores do Reflorestar e do grupo gestor do PCMC para gestão estratégica, articulação e alinhamento.

MOBILIDADE ELÉTRICA



CARACTERIZAÇÃO

O projeto piloto Mobilidade Elétrica no Espírito Santo (2020-2024) que foi coordenado pelo IFES/UFES e financiado pela FAPES, fundamentou-se na ideia do Governo do

Estado do Espírito Santo de criar subsídios, com estudos e levantamentos de dados, para a proposição de políticas públicas e desenvolvimento de recursos humanos ligados ao tema da mobilidade elétrica.

TEORIA DO PROGRAMA

Entre os problemas decorrentes do crescimento populacional nas cidades, tem-se o incremento da circulação de veículos e a consequente emissão de GEE. O estado do Espírito Santo tem atuado de forma intensa nas discussões sobre as mudanças do clima, dentro das quais se insere o incentivo à mobilidade elétrica. O projeto visa contribuir com informações aos gestores públicos na implementação de ações coordenadas

entre os diversos níveis dos setores público e privado, fomentando a eletromobilidade nas frotas do serviço público, servindo, assim, de instrumento de difusão da tecnologia para a sociedade.

ANÁLISE CRÍTICA

Dentre as forças destacam-se a competência técnica da equipe em superar as dificuldades e incorporar tecnologias de sucesso, as parcerias realizadas com a CIPE e EDP e a compreensão do Governo sobre a importância da mobilidade elétrica. Os programas federais e privados que circulam em torno da discussão sobre o tema a nível internacional e nacional são as principais oportunidades, como a fixação de deadlines para fabricação de carros à combustão. Entre as ameaças destacam-se o alto custo dos veículos, a incerteza dos consumidores, a incipiente estrutura de abastecimento e a tecnologia ainda em desenvolvimento para a reciclagem das baterias. A entrega dos resultados não foi planejada para ação da gestão pública, sendo apresentada de forma pulverizada e em diversas plataformas, o que caracterizou uma fraqueza.

PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES

- Realizar estudos transversais sobre a transição energética, com coerência entre políticas nacionais e regionais;
- Implementar programas de acompanhamento da nova tecnologia;
- Implementar regulamentações que assegurem condições confiáveis aos investidores e consumidores;
- Divulgar a tecnologia para estimular a confiança da sociedade;
- Desenvolver pesquisas para todos os serviços an-

- lares que envolvam a mobilidade elétrica, destacando o tema baterias;
- Incentivar institutos de pesquisa nacionais e estaduais a promover estudos e buscar financiamento junto aos editais de inovação e de tecnologia;
- Oportunizar a continuidade da capacitação, ampliando o quadro das disciplinas ofertadas nos programas de ensino médio e superior;
- Divulgar a produção científica para a sociedade.

Análise executiva do programa capixaba de mudanças climáticas

Órgão finalístico:

Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Coordenador responsável:

Pablo Medeiros Jabor (IJSN). 11 pesquisadores.

A POLÍTICA

O Programa Capixaba de Mudanças Climáticas (PCMC), nasceu em 2023 com o objetivo de coordenar e integrar esforços para materializar os compromissos assumidos pela Política Estadual de Mudanças Climáticas (Lei 9.531/2010), em consonância com as agendas nacional e global. O Programa reúne os Órgãos da Administração Estadual com projetos e iniciativas alinhados com o objetivo de reduzir e estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa, mitigar impactos e criar condições para adaptação às alterações do clima e suas consequências, por meio de obras e serviços, informação, cultura e educação.

A PESQUISA

Dos cerca de 70 projetos e ações que compõem o programa, foram elencados 11 do Eixo Mitigação para a Análise Executiva. A seleção considerou políticas concluídas ou em andamento para uma avaliação mais objetiva, com processo analítico integrado de programas e projetos governamentais. As etapas desenvolvidas em cada análise consistem em: a) Caracterização da Política; b) Diagnóstico do Problema; c) Análise do Desenho; d) Análise dos Processos; e) Percepção dos Beneficiários; f) Resultados da Política; g) Análise Crítica; e h) Recomendações.

Panorama da pesquisa

2023	2025
Início 31 de outubro	PROESAM
Contratação e Capacitação da Equipe	Locação de ativos para geração de energia fotovoltaica
2024	Energia solar nos terminais do Transcol e Rodoviária de Vitória
Programa Reflorestar	Modernização do Sistema Transcol
Plano de Descarbonização	Desenvolvimento Sustentável do Café
Programa Gerar	Análise Integrada
	Término em outubro

RESULTADOS E ENCAMINHAMENTOS

Entre os desafios encontrados pelos pesquisadores estão o ajuste de agendas dos atores envolvidos e a disponibilidade dos documentos e dados referentes às políticas. Isso se deve ao fato de o PCMC ser complexo e estar em construção, com

o envolvimento de diferentes entidades, tempos de ação, público alvo e níveis de evolução.

A partir do que foi produzido, destacam-se os pontos comuns entre as políticas:

+ **Força**
Protagonismo do estado

✓ **Oportunidade**
Cenário nacional e internacional

- **Fraqueza**
Falta de integração

⚠ **Ameaça**
Alteração de prioridade governamental

Análise Executiva

Programa Estadual de Ações Integradas sobre Drogas – Rede Abraço

A pesquisa é fruto da parceria entre a Subsecretaria de Estado de Políticas sobre Drogas (SESD), com o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) e a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES).

O projeto é coordenado por Thiago de Carvalho Guadalupe (IJSN) e conta com mais 2 pesquisadoras bolsistas na equipe.



O Mosteiro Zen Budista em Ibirapu

CARACTERIZAÇÃO DA POLÍTICA



Foto: Adobe Stock

O Programa Estadual de Ações Integradas sobre Drogas - Rede Abraço foi lançado no ano de 2013, no primeiro governo Renato Casagrande (2011-2014), e passou por diferentes formulações até chegar ao estágio atual.

A partir de 2019, o Programa é retomado e o núcleo de acolhimento se torna o Centro de Acolhimento e Atenção Integral sobre Drogas (CAAD). Nesse período, a Rede Abraço passa por um processo de reformulação, tendo sido construído pela SESD e fundamentado em questões levantadas por diferentes atores que compõem a Política sobre Drogas no estado do Espírito Santo, tais como o Conselho Estadual sobre Drogas (COESAD), e participantes dos eventos formativos realizados pela SESD ao longo de 2019 e início de 2020. Os eventos contaram com a presença de estudiosos e trabalhadores da área e foram abertos ao público (SESD, 2024).

Na nova gestão, conforme a SESD, a Rede Abraço conquistou “robustez institucional” com a publicação de atos normativos relevantes para sua organização, bem como cresceu em termos estruturais, figurando hoje como um programa prioritário do Governo do Estado, tendo sido, desta forma, inserido no Sistema de Moni-

toramento e Avaliação de Políticas Públicas do Espírito Santo (SIMAPP).

O Programa Rede Abraço se organiza em torno de quatro eixos, quais sejam:

- 1) prevenção - aos agravos advindos do contato com o uso de drogas lícitas e ilícitas;
- 2) oferta de cuidado e tratamento;
- 3) reinserção social - a ser constituída como um esforço contínuo de fortalecimento de vínculos do sujeito com a comunidade;
- 4) estudos, pesquisas e avaliações.

A Rede Abraço conquistou “robustez institucional” com a publicação de atos normativos relevantes para sua organização, bem como cresceu em termos estruturais, figurando hoje como um programa prioritário do Governo do Estado.

PANORAMA DA PESQUISA

A pesquisa iniciou em dezembro de 2024, objetivando realizar a Análise Executiva do Programa Qualificar ES, um tipo de avaliação ex post, ou seja, quando a política pública está em andamento. Essa, possui o intuito de levantar, gerar e documentar evidências, a fim respaldar a gestão com informação qualificada para a tomada de decisão. Até o momento, não há ciência de alguma avaliação global em curso ou já realizada pelas instituições responsáveis sobre o Qualificar ES, tampouco indicadores que demonstrem a eficácia da política.

A fim de cumprir o objetivo, as bolsistas estão conduzindo a etapa de caracterização, que abrange o estudo da literatura especializada e dos marcos legais que regulamentam a EPT no país e no Espírito Santo, bem como a coleta e análise de documentos e registros oficiais do Programa. Neste sentido, está em andamento o mapeamento da oferta de cursos do Qualificar ES desde 2019, com base nos editais publicados em sua página oficial na internet.

As etapas subsequentes da análise executiva envolvem o diagnóstico do problema, o desenho, o mapeamento dos processos, a avaliação da percepção dos beneficiários, a análise dos resultados e, por fim, a análise crítica, que deve culminar na formulação de recomendações. Em resumo, essas etapas consistirão:

- 1) no estudo aprofundado do problema enfrentado pelo Programa;
- 2) na elaboração do Modelo Lógico, que requer entre-

vistas e reuniões com as equipes técnica e gestora do Qualificar ES;

- 3) no levantamento e análise de dados dos processos envolvidos em sua implementação;
- 4) na escuta dos beneficiários;
- 5) na investigação dos resultados do Programa em termos da oferta de cursos e do atendimento efetivo à população-alvo, por exemplo;
- 6) na análise crítica sobre o funcionamento e os resultados do Programa;
- 7) e, por último, na elaboração de recomendações, visando à correção de problemas e à melhora dos resultados.

Está prevista a seleção de mais dois pesquisadores bolsistas. O edital exige que os candidatos tenham mestrado nas áreas de Economia, Estatística, Serviço Social, Pedagogia, Psicologia ou Ciências Sociais, ou curso superior e no mínimo 4 (quatro) anos de experiência. Os candidatos serão avaliados de acordo com seu conhecimento e qualificação profissional. Serão consideradas as experiências comprovadas em avaliação de políticas públicas, em entrevistas e/ou grupos focais, em projetos de temática de educação profissional e conhecimento em linguagem R.

CRONOGRAMA DA PESQUISA

Jan | 2024

Diagnóstico do Problema - Árvore de Problemas

Mar | 2024

Desenho - Modelos Lógicos

Mai | 2024

Desenho - Modelos Lógicos
Processos - Modelos Lógicos

Jul | 2024

Processos - Modelos Lógicos

Set | 2024

Percepção dos Beneficiários - Entrevistas

Nov | 2024

Resultados da Política
Análise Crítica - Matriz SWOT
Recomendações

2023

Caracterização da Política

Fev | 2024

Diagnóstico do Problema - Árvore de Problemas

Abr | 2024

Desenho - Modelos Lógicos

Jun | 2024

Desenho - Modelos Lógicos
Processos - Modelos Lógicos

Ago | 2024

Percepção dos Beneficiários - Entrevistas

Out | 2024

Percepção dos Beneficiários - Entrevistas
Resultados da Política
Análise Crítica - Matriz SWOT

Dez | 2024

Recomendações

O Modelo Lógico (ML) é uma forma visual e sucinta de expor a chamada teoria do programa, definida pela sequência lógica das relações de causa-efeito entre cada etapa planejada do programa. Ele apresenta a lógica causal entre os componentes do programa a partir da descrição de cinco etapas (insumos, atividades, produtos, resultados e impactos) e da sequência lógica que as une, evidenciando os mecanismos por meio dos quais se objetiva alcançar os resultados esperados. Foram elaborados modelos lógicos para cada um dos eixos do programa Rede Abraço: Prevenção / Cuidado e Tratamento / Reinserção Social / Estudos, Pesquisas e Avaliações.

Em particular e na prática, a avaliação de desenho busca compreender eventuais erros ou falhas de implementação, isto é: quando são identificados problemas entre os insumos e atividades ou entre as atividades e os produtos. Deve-se levar em conta, também, as especificidades e clareza dos objetivos, bem como a facilidade de acesso, pela população-alvo, aos bens e servi-

ços ofertados pelo programa. Neste sentido, a análise dos processos que envolvem a implementação do programa integra a Avaliação do Desenho.

Informações sobre a satisfação dos beneficiários em relação a aspectos como desempenho, atividades e resultados do Programa podem auxiliar na compreensão de seu andamento, informando aos gestores eventuais problemas de implementação ou de alinhamento das atividades com as reais demandas da população. Essa etapa da Análise Executiva se dedicou a levantar, através de entrevistas, com os indivíduos atendidos seus níveis de satisfação e percepções acerca da Rede Abraço. O Programa tem como público-alvo pessoas com necessidades decorrentes do uso de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas, bem como seus familiares, abrangendo, ainda, diversos setores sociais por meio de ações de prevenção universal.



Foto: Adobe Stock

Diante disso, a pesquisa optou por focalizar um perfil específico de pessoas que se beneficiam diretamente das ações do Programa Rede Abraço a partir do acolhimento e acompanhamento/tratamento ofertado no âmbito dos Centros de Acolhimento e Atenção Integral sobre Drogas (CAAD), localizados atualmente nas cidades de Vitória, Cachoeiro de Itapemirim e Linhares. Enfatiza-se que o CAAD é o principal serviço do Programa no âmbito do Eixo Cuidado e Tratamento.

“Quem trabalha na iniciativa privada, o empregador não quer saber, ele quer o serviço, ele tá pagando e quer produção. Então, sair duas a três vezes por mês em horário de serviço, pega... Ou o cara perde o emprego ou o cara não vem”.

Entrevistado 6.



Foto: Adobe Stock

As informações levantadas e examinadas nas etapas anteriores, quanto ao desenho, processos, percepção dos beneficiários e resultados do Programa Rede Abraço, foram analisadas de forma crítica, o que serviu de fundamento para as recomendações elaboradas na última fase do estudo. Nesta etapa, a pesquisa se valeu da ferramenta de planejamento chamada Análise SWOT, que conduziu a reflexão acerca das forças (Strengths), fraquezas (Weaknesses), oportunidades (Opportunities) e ameaças (Threats) do Programa. (Usar a imagem da Matriz SWOT já editorada pela ARIN)

A maioria dos indivíduos conheceu o CAAD por meio de amigos, familiares ou conhecidos que tiveram experiência pessoal com o serviço ou souberam da sua existência porque passaram em frente ao prédio em algum momento, por exemplo. Outros tiveram acesso através do contato direto ou indireto com profissionais da saúde. O CAAD foi, na maioria dos casos, o primeiro local procurado para apoio, evidenciando que a rede de atenção às pessoas com necessidades relacionadas ao uso de SPAs é, em geral, desconhecida pela população.

RESULTADOS FINAIS

Com base na avaliação realizada a partir dos documentos e registros do Programa Rede Abraço, de seus dados de monitoramento, dos Modelos Lógicos, da Matriz SWOT elaborada, e das entrevistas conduzidas com as

equipes gestora e técnica, bem como com os beneficiários, esta seção apresenta uma lista de recomendações formuladas com o objetivo de contribuir para a melhoria da política, tais como:

- Divulgar amplamente, de forma acessível e humanizada, os serviços ofertados pelo Programa Rede Abraço, sobretudo no âmbito dos CAAD, mas também dos outros serviços que compõem a rede de atenção às pessoas com problemas advindos do uso de SPAs.
- Divulgar amplamente e de forma objetiva aos beneficiários do Programa a possibilidade de obter o vale social, desde o momento inicial em que passam a acessar o equipamento CAAD.
- Ampliar o horário de atendimento dos CAAD para o período noturno, visando atender beneficiários que enfrentam dificuldades em se ausentar do trabalho durante o horário comercial.
- Como desdobramento da recomendação anterior, aumentar o número de profissionais responsáveis pelo acolhimento e pelo tratamento ambulatorial nos CAAD, tais como médicos (clínicos e psiquiatras), assistentes sociais e psicólogos.
- Recomenda-se maior protagonismo e autonomia da equipe gestora do Programa Rede Abraço na seleção dos profissionais que atuam nos CAAD. Atualmente, essa seleção é realizada por meio de um processo seletivo conduzido pela SESA, sem a participação da equipe do Programa.
- Ampliar as equipes técnicas que atuam nos Eixos Prevenção, Reinserção Social e Estudos, Pesquisas e Avaliações.
- Construir um documento que explicita a metodologia das ações e projetos de prevenção a serem realizados pelo Programa Rede Abraço, especificando os fatores de proteção a serem promovidos/fortalecidos no contexto de cada ação ou projeto planejado.
- Implementar e fortalecer ações e projetos, baseados em evidências, direcionados especificamente ao objetivo de desconstruir preconceitos associados ao uso de drogas, de maneira a garantir que esses estigmas não sejam uma barreira para aqueles que necessitam buscar acompanhamento ou tratamento.
- Avaliar de forma aprofundada os resultados e impactos das ações empreendidas pelo Eixo Prevenção do Programa Rede Abraço.
- Desenvolver e implementar intervenções preventivas específicas no ambiente de trabalho, com foco em jovens adultos, tendo em mente que o ambiente de trabalho é um local estratégico para ações preventivas, pois o estresse laboral aumenta o risco de abuso de SPAs.
- Avaliar de forma aprofundada como ocorre, na prática, a integração e a articulação intersetorial do Programa Rede Abraço com a rede de saúde e a rede intersetorial, assim como com outras esferas do poder público e da sociedade, compreendendo como isso impacta seu funcionamento e o atendimento às necessidades do público-alvo.
- Aproveitar e integrar o conhecimento produzido localmente sobre a temática das drogas, fomentado pelo próprio Programa Rede Abraço, para aprimorar e qualificar suas ações e estratégias.

Análise executiva do programa estadual de ações integradas sobre drogas – Rede Abraço

Órgão finalístico:

Subsecretaria de Estado de Políticas sobre Drogas (SESD)

Coordenador responsável:

Thiago de Carvalho Guadalupe (IJSN). 3 pesquisadores.

A POLÍTICA

O Programa Estadual de Ações Integradas sobre Drogas - Rede Abraço foi lançado em 2013, e passou por diferentes formulações até o estágio atual. Na nova gestão, conquistou “robustez institucional” com a publicação de importantes atos normativos e com o aumento de sua estrutura. Atualmente se organiza em quatro eixos: 1) prevenção - aos agravos do contato com o uso de drogas lícitas e ilícitas; 2) oferta de cuidado e tratamento; 3) reinserção social, com foco no fortalecimento de vínculos do sujeito com a comunidade; 4) estudos, pesquisas e avaliações.

A PESQUISA

A pesquisa considera as etapas da Análise Executiva. No Diagnóstico, foi elaborada uma Árvore de Problemas do programa. Para avaliar Desenho e Processos, foram elaborados modelos lógicos para cada eixo. Entrevistas com usuários da política foram realizadas para entender a Percepção dos Beneficiários. E por fim, foi criada uma matriz de Análise SWOT entre os Resultados, Análise Crítica, e Recomendações. A avaliação utilizou técnicas de coleta e análise de informações documentais e entrevistas. Ao todo, realizaram-se 10 entrevistas com gestores e 23 com pessoas beneficiadas por ele.

Panorama da pesquisa

2023	2024
Contratação da Equipe	Julho Processos Modelos lógicos
Caracterização da Política	Outubro Percepção dos beneficiários – entrevistas
2024	Novembro Resultados da Política
Janeiro Diagnóstico do problema	Novembro Análise Crítica – Matriz SWOT
Junho Desenho Modelos lógicos	Dezembro Recomendações

RESULTADOS E ENCAMINHAMENTOS

Os resultados da pesquisa foram reunidos em uma lista de recomendações, que incluem: a divulgação dos serviços do Centro de Acolhimento e Atenção Integral sobre Drogas (CAAD), ampliação do número de profissionais responsáveis pelo atendimento, e aumento do horário de funcionamento; o protagonismo da equipe gestora do Programa na seleção dos profissionais; a documentação da metodologia de ações e projetos de prevenção realizados pelo Programa; o fortalecimento

de iniciativas para desconstruir preconceitos associados ao uso de drogas; a avaliação dos reais impactos do Programa pelo Eixo de Prevenção; e a avaliação da integração e articulação do Programa com a rede de saúde e outras esferas do Poder Público. As recomendações na íntegra e demais conteúdos da pesquisa estão disponíveis no Sumário Executivo, publicado no site do IJSN. De diferentes entidades, tempos de ação, público alvo e níveis de evolução.

Análise Executiva

Programa Qualificar ES

A pesquisa é atribuída pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional (SECTI) e executada pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES).

O projeto é coordenado por Letícia Maria Gonçalves Furtado Borestein (IJSN) e conta com mais 3 pesquisadoras bolsistas na equipe.



Santuário Nacional de São José de Anchieta

CARACTERIZAÇÃO DA POLÍTICA



Foto: Adobe Stock

O Programa Qualificar ES é uma iniciativa de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) do estado do Espírito Santo coordenado pela Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional (SECTI). Lançado em 2019, foi oficialmente instituído como programa de governo pela Lei nº 11.903 em 03 de maio de 2021. Seu objetivo é promover e implementar a qualificação profissional com foco no empreendedorismo, na inovação e na empregabilidade, tencionando ampliar as possibilidades de trabalho, renda e inserção ou reinserção ao mundo do trabalho.

O público-alvo são todos os cidadãos do Espírito Santo que desejam se qualificar para o mercado de trabalho e, prioritariamente, setores sociais vulneráveis, como mulheres, indígenas e pessoas residentes em locais contemplados pelo Programa Estado Presente.

Os cursos são ofertados de modo presencial, semipresencial

e à distância, distribuídos nos eixos de ambiente e saúde; desenvolvimento educacional e social; estética; informação e comunicação; infraestrutura; gestão e negócios; hospitalidade e lazer; produção alimentícia; produção cultural e design; segurança; e produção industrial.

Atualmente, o Programa possui colaboração e parcerias com diferentes instituições e órgãos governamentais, prefeituras, setor privado e sociedade civil, a fim de contribuir para a prevenção da criminalidade, a promoção da autoestima, do senso de pertencimento local e a melhoria de condições de vida dos moradores dos bairros atendidos.

Contribui para a garantia dos direitos à educação, ao trabalho e à renda.

PANORAMA DA PESQUISA

A pesquisa iniciou em dezembro de 2024, objetivando realizar a Análise Executiva do Programa Qualificar ES, um tipo de avaliação ex post, ou seja, quando a política pública está em andamento. Essa, possui o intuito de levantar, gerar e documentar evidências, a fim respaldar a gestão com informação qualificada para a tomada de decisão. Até o momento, não há ciência de alguma avaliação global em curso ou já realizada pelas instituições responsáveis sobre o Qualificar ES, tampouco indicadores que demonstrem a eficácia da política.

A fim de cumprir o objetivo, as bolsistas estão conduzindo a etapa de caracterização, que abrange o estudo da literatura especializada e dos marcos legais que regulamentam a EPT no país e no Espírito Santo, bem como a coleta e análise de documentos e registros oficiais do Programa. Neste sentido, está em andamento o mapeamento da oferta de cursos do Qualificar ES desde 2019, com base nos editais publicados em sua página oficial na internet.

As etapas subsequentes da análise executiva envolvem o diagnóstico do problema, o desenho, o mapeamento dos processos, a avaliação da percepção dos beneficiários, a análise dos resultados e, por fim, a análise crítica, que deve culminar na formulação de recomendações. Em resumo, essas etapas consistirão:

- 1) no estudo aprofundado do problema enfrentado pelo Programa;
- 2) na elaboração do Modelo Lógico, que requer entre-

vistas e reuniões com as equipes técnica e gestora do Qualificar ES;

- 3) no levantamento e análise de dados dos processos envolvidos em sua implementação;
- 4) na escuta dos beneficiários;
- 5) na investigação dos resultados do Programa em termos da oferta de cursos e do atendimento efetivo à população-alvo, por exemplo;
- 6) na análise crítica sobre o funcionamento e os resultados do Programa;
- 7) e, por último, na elaboração de recomendações, visando à correção de problemas e à melhora dos resultados.

Está prevista a seleção de mais dois pesquisadores bolsistas. O edital exige que os candidatos tenham mestrado nas áreas de Economia, Estatística, Serviço Social, Pedagogia, Psicologia ou Ciências Sociais, ou curso superior e no mínimo 4 (quatro) anos de experiência. Os candidatos serão avaliados de acordo com seu conhecimento e qualificação profissional. Serão consideradas as experiências comprovadas em avaliação de políticas públicas, em entrevistas e/ou grupos focais, em projetos de temática de educação profissional e conhecimento em linguagem R.

CRONOGRAMA DA PESQUISA

2025

CARACTERIZAÇÃO DA POLÍTICA

Revisão bibliográfica e levantamento documental

2025

DESENHO DA POLÍTICA

Desenvolvimento de Modelo Lógico e indicadores

2025

RESULTADOS DA POLÍTICA

análise do desempenho da política quanto a produtos, resultados, público-alvo e custos

2025

ANÁLISE CRÍTICA

Realização da análise SWOT

2025

DIVULGAÇÃO

Publicação de Relatório Anual de Atividades do SIMAPP e elaboração de relatório parcial e final da FAPES

2025

RECOMENDAÇÕES

Desenvolvida para corrigir os problemas e melhorar os resultados

2024

INÍCIO DA PESQUISA

1ª Reunião do Grupo Executivo de Trabalho - Programa Qualificar ES e contratação de bolsistas

2025

DIAGNÓSTICO DO PROBLEMA

Identificação do problema a ser combatido e/ou minimizado

2025

ANÁLISE DOS PROCESSOS

Identificação dos aspectos que promovem ou dificultam a efetividade da política

2025

PERCEPÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Escuta dos beneficiários sobre o desempenho, satisfação e resultados do Programa

2025

PUBLICAÇÃO DE DADOS

Desenvolvimento e publicação do Painel Interativo de BI

2025

RESULTADOS

Seminário de apresentação dos resultados obtidos

RESULTADOS PARCIAIS



Foto: Adobe Stock

A análise executiva possui um conjunto de ferramentas que possibilitam a análise do desempenho da política em relação à entrega dos produtos planejados, ao alcance de resultados esperados, à cobertura e focalização previstas do público-alvo e aos custos envolvidos em todas as fases de implementação. As práticas de monitoramento e de avaliação (M&A) produzem evidências sobre a efetividade ou não das políticas públicas.

Entre os resultados esperados estão previstas as seguintes entregas: caracterização da política; diagnóstico do problema; construção do modelo lógico (desenho do programa); análise dos processos; percepção dos beneficiários; análise dos resultados da política; análise crítica (com construção de matriz de análise SWOT); recomendações.

O projeto ainda contemplará a elaboração de painéis de Business Intelligence (BI) com o propósito de auxiliar a gestão dos dados administrativos do Qualificar ES. Essa ferramenta potencializa o planejamento e o monitoramento do Programa, além de viabilizar a divulgação dos resultados alcançados, ampliando a comunicação com a população capixaba e a transparência dos gastos públicos.

Por fim, destaca-se que quatro pesquisadoras já foram contratadas e está em andamento o processo de abertura de um edital para a seleção de mais dois pesquisadores bolsistas. Além disso, a primeira etapa da análise executiva – a caracterização do Programa Qualificar ES – está em andamento.

Alcançou todos os
78
municípios do Estado.

Mais de
650mil
vagas ofertadas.

Mais de
150
tipos de cursos.

Análise executiva do Programa Qualificar ES

Órgão finalístico:

Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional (SECTI)

Coordenador responsável:

Letícia Maria Gonçalves Furtado Borestein (IJSN). 3 pesquisadores.

A POLÍTICA

O Programa Qualificar ES é uma iniciativa de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) do estado do Espírito Santo, lançada em 2019 e instituída por Lei em 2021. Seu objetivo é promover a qualificação profissional com foco no empreendedorismo, inovação e empregabilidade, ampliando possibilidades de trabalho e renda. Tem como público-alvo todos os cidadãos do Espírito Santo, com prioridade para setores sociais vulneráveis. Atualmente, possui colaboração e parcerias com diferentes instituições e órgãos governamentais, prefeituras, setor privado e sociedade civil.

A PESQUISA

Iniciada em dezembro de 2024, a pesquisa segue as etapas da Análise Executiva, com o intuito de levantar, gerar e documentar evidências sobre o Programa. Encontra-se em andamento o estudo da literatura especializada e dos marcos legais que regulamentam a EPT no país e no Espírito Santo, além da coleta e análise de documentos e registros oficiais do Programa, e o mapeamento da oferta de cursos do Programa desde 2019, com base nos editais publicados. O projeto prevê a contratação de mais dois pesquisadores, sendo consideradas experiências comprovadas em avaliação de políticas públicas, entrevistas e/ou grupos focais, projetos voltados à educação profissional ou conhecimento em linguagem R.

Panorama da pesquisa

2024	2026
Contratação da Equipe	Percepção dos beneficiários
1ª Reunião com Grupo Executivo de Trabalho	Análise crítica
2025	Desenvolvimento e publicação do Painel Interativo de BI
Caracterização da política	Recomendações
Diagnóstico do Problema	Seminário de apresentação dos resultados
Construção de modelo lógico e indicadores	Publicação do Relatório Final
Análise dos Processos	
Resultados da política	

RESULTADOS E ENCAMINHAMENTOS

A análise executiva possui um conjunto de ferramentas que possibilitam a análise do desempenho da política em relação à entrega dos produtos planejados, ao alcance de resultados, à cobertura e focalização do público-alvo e aos custos envolvidos na implementação. Para além das etapas de Análise, a pesquisa ainda prevê a elaboração de

painéis de Business Intelligence (BI) para auxiliar a gestão de dados administrativos do Programa. Essa ferramenta potencializa o planejamento e o monitoramento do Programa, além de viabilizar a divulgação dos resultados alcançados, ampliando a comunicação com a população capixaba e a transparência dos gastos públicos.

Avaliação de Impacto

Avaliação do Programa Escola em Tempo Integral

A pesquisa é demandada pela Secretaria de Estado da Educação (SEDU) e executada pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES).

O projeto é coordenado por Kiara de Deus Demura (IJSN) e conta com mais 5 pesquisadores bolsistas na equipe.

Panorâmica em Colatina

CARACTERIZAÇÃO DA POLÍTICA



Foto: Programa Qualificar ES

A oferta de educação em tempo integral (ETI) na rede estadual de ensino é gerida pela Secretaria de Estado da Educação (SEDU) e iniciou em 2015 com 1 escola de Ensino Médio em Turno Único (9h30). Desde 2016 conta com vagas também para o Ensino Fundamental e está em expansão na rede estadual capixaba a fim de atender à meta 6 do Plano Estadual de Educação (PEE), o qual prevê ao menos 25% dos estudantes do público alvo em jornada de tempo integral e, pelo menos, 50% das escolas com no mínimo 25% dos estudantes do público alvo em jornada de tempo integral, ou seja, uma média mínima de 7h diárias.

De acordo com o art. 1º da Lei Complementar nº 928, de 25 de novembro de 2019, o objetivo da ETI passou a ser “ampliar o tempo de permanência dos estudantes, espaços escolares e oportunidades de aprendizado, visando à formação integral de crianças, adolescentes e jovens matriculados nas unidades escolares públicas estadu-

ais” (ESPÍRITO SANTO, 2019). Uma das inovações apresentadas para as escolas do programa a partir de 2020 é a educação em tempo integral de 7h integrada ao Ensino Técnico. Assim, além das vagas de 9h30, os estudantes podem optar por escolas de 7h, se preparar para o mundo do trabalho e usufruir do currículo diferenciado com as Disciplinas Integradoras.

Atualmente, são 214 escolas no programa Escola em Tempo Integral espalhadas em todo o território capixaba. Esse total equivale a cerca de 30% das 408 escolas ativas, de acordo com o Censo Escolar (INEP, 2024).

Iniciada em 2015, a ETI da rede estadual conta atualmente com 214 escolas em todo o território capixaba.

PANORAMA DA PESQUISA

A avaliação do programa Escola em Tempo Integral está dividida em três grandes fases. A inicial contempla a formação da equipe do projeto composta pela coordenação, exercida por um servidor do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), e pesquisadores bolsistas contratados com bolsas da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES).

A segunda fase, iniciada em novembro de 2024, trata-se do Diagnóstico Preliminar. Essa etapa é importante para mapear informações necessárias à compreensão da dinâmica do programa avaliado,

inclusive pela equipe de bolsistas. Dentre as ações realizadas nos dois primeiros meses de projeto estão reuniões com a SEDU e o Grupo Executivo que acompanha o projeto no SiMAPP, o levantamento de dados, indicadores, referencial teórico e empírico, legislação, bem como outros programas educacionais ou governamentais em curso no Espírito Santo. Nessa etapa, o projeto de avaliação do Escola em Tempo Integral ainda busca realizar entrevistas em profundidade e grupos focais com os atores envolvidos na oferta e beneficiários.

A terceira fase contempla a avaliação de impacto propriamente dita. Mediante as informações levantadas e as bases de dados disponíveis serão definidos os grupos de tratamento (beneficiários do programa) e controle (elegíveis, porém não são beneficiários), a fim de verificar se há efeito causal do programa sobre o aprendizado dos estudantes da rede estadual. É importante salientar a complexida-

de da avaliação, uma vez que a oferta de ETI se encontra em expansão e, nos anos 2020 e 2021, houve a pandemia de covid-19, que gerou o afastamento dos estudantes da sala de aula. Dessa forma, espera-se unir evidências quantitativas e qualitativas na avaliação em andamento e gerar informações para auxiliar a tomada de decisão.

Por fim, ao longo do projeto espera-se elaborar relatórios de pesquisa e realizar entregas parciais à SEDU, afora os relatórios finais com a informação consolidada e os relatórios do SiMAPP.

Em 2024, a avaliação iniciou-se com a etapa do Diagnóstico Preliminar a partir do levantamento referências bibliográficas e de dados, além de reuniões de alinhamento.



Foto: Programa Qualificar ES

CRONOGRAMA DA PESQUISA

2025

Reuniões de alinhamento com a SEDU;
Reunião com o Grupo Executivo – SiMAPP;
Diagnóstico preliminar (análise de dados e indicadores, levantamento de referências, preparação e realização de entrevistas e grupos focais);
Avaliação de impacto (estimação de impacto sobre o aprendizado dos estudantes do ensino fundamental e ensino médio, análise das informações qualitativas oriundas de entrevistas e grupos focais);
Relatórios de pesquisa e SiMAPP;

2024

Contratação de bolsistas;
Reuniões de alinhamento com a SEDU;
Reunião com o Grupo Executivo – SiMAPP;
Diagnóstico preliminar (análise de dados e indicadores, levantamento de referências, início da preparação para realização de entrevistas e grupos focais);
Relatórios de pesquisa e SiMAPP (elaboração de relatórios parciais e apresentação de resultados);

2026

Reunião com o Grupo Executivo – SiMAPP;
Avaliação de impacto (estimação de impacto sobre o aprendizado dos estudantes do ensino fundamental e ensino médio);
Relatórios de pesquisa e SiMAPP.

RESULTADOS PARCIAIS



Foto: Programa Qualificar ES

O projeto iniciou-se em novembro de 2024, com a contratação dos bolsistas, levantamento de dados e indicadores, e análise de bibliografia para a realização do projeto. No levantamento de dados, foi possível identificar os indicadores educacionais existentes para as escolas, realizar a análise de dados do Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo (PAEBES), identificando as escolas que participam do programa Escola em Tempo Integral com seu ano de implementação e valor da carga horária.

Em relação à análise bibliográfica, buscou-se trabalhos voltados à avaliação de impacto em relação à ETI, a questões educacionais e efeitos da pandemia de covid-19, bem como de pesquisas qualitativas para subsidiar a elaboração de instrumentos para a pesquisa. Outro imprescindível conteúdo observado foi a legislação sobre a oferta de ETI no Espírito Santo, legislações educacionais nacionais e sobre o Plano Estadual de Educação, cuja meta 6 possui sinergia com os objetivos do programa.

Além disso, deu-se início a averiguação da infraestrutura, cujo foco era identificar as escolas que seguem as exigências para execução do programa, bem como a localização geográfica e territorial de cada unidade de ensino. Dados do Programa Estadual de Gestão Financeira Escolar (PROGEFE) também foram levantados, por meio do qual são transferidos recursos para as escolas estaduais.

Vale pontuar que também buscou-se identificar programas concomitantes ao Ensino Integral, como o programa Escola do Futuro, se existe a oferta de ensino técnico, dentre outras modalidades que possam afetar a validade interna do programa. Considerando o objetivo de estimar o efeito causal do programa, a equipe do projeto se encontra analisando estratégias para evitar o efeito transbordamento, ou seja, quando a intervenção afeta um não participante do programa. Visto que as escolas estaduais podem ofertar ao mesmo tempo a ETI e o tempo regular, observa-se a importância de um delineamento cuidadoso dos grupos de tratamento e controle.

Para estimação de impacto do programa sobre o aprendizado, observa-se a possibilidade da utilização dos dados de proficiência escolar, especialmente com base nas provas do PAEBES. Tal avaliação utiliza a Teoria de Resposta ao Item (TRI), a qual permite diversas comparações, inclusive ao longo do tempo.

Para além da análise de dados quantitativos, a pesquisa também elabora instrumentos de avaliação qualitativa. A depender do público-alvo, a expectativa é realizar entrevistas em profundidade ou grupos focais.

Avaliação do Programa Escola em Tempo Integral

Órgão finalístico: Secretaria de Estado da Educação (SEDU)
Coordenador responsável: Kiara de Deus Demura (IJSN). 5 pesquisadores

A POLÍTICA

A oferta de educação em tempo integral (ETI) na rede estadual de ensino iniciou em 2015 com 1 escola de Ensino Médio em turno de 9h30. Desde 2016 possui vagas para o Ensino Fundamental e está em expansão, a fim de atender à meta do Plano Estadual de Educação (PEE): ao menos 25% dos estudantes em jornada de tempo integral, e 50% das escolas com no mínimo 25% dos estudantes em jornada de tempo integral. Após 2020, o Programa apresentou a jornada de 7 horas integrada também ao Ensino Técnico. Atualmente, são 214 escolas no Programa, espalhadas por todo o estado, cerca de 30% das 408 escolas ativas (INEP, 2024).

A PESQUISA

A avaliação está dividida em três grandes fases: a inicial contempla a formação da equipe de pesquisa; a segunda fase trata do Diagnóstico Preliminar, importante para compreensão da dinâmica do programa, considerando também realizar entrevistas/grupos focais com gestores e beneficiários; e a terceira fase contempla a avaliação de impacto, na qual, mediante informações levantadas e as bases de dados disponíveis serão definidos grupos de tratamento (beneficiários) e controle (elegíveis), a fim de verificar se há efeito causal do programa sobre o aprendizado dos estudantes da rede estadual.

Panorama da pesquisa

2024	2025
Contratação da Equipe	Estimação de impacto sobre o aprendizado dos estudantes
Reuniões de alinhamento com a SEDU e Grupo Executivo de Trabalho (mantido por todo o período de pesquisa)	Análise das informações qualitativas de entrevistas e grupos focais
Análise de dados, indicadores e levantamento de referências	2026
Elaboração de relatórios parciais	Estimação de impacto sobre o aprendizado dos estudantes
2025	Publicação do Relatório Final
Diagnóstico, com realização de entrevistas e grupos focais	

RESULTADOS E ENCAMINHAMENTOS

No levantamento de dados, foram identificados os indicadores educacionais das escolas, e analisados dados do Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo (PAEBES), destacando as escolas participantes do Programa, seu ano de implementação e carga horária. Foram revisados trabalhos sobre avaliação de impacto da ETI, questões educacionais, efeitos da pandemia de covid-19, e a legislação sobre a oferta

de ETI no Espírito Santo, legislações nacionais e o PEE. Iniciou-se a identificação de escolas que seguem as exigências para execução do programa, e suas respectivas localizações. Considerando estimar o efeito causal do programa, a equipe analisa estratégias para evitar o efeito transbordamento e observa a possibilidade da utilização dos dados de proficiência escolar, além de desenvolver instrumentos de avaliação qualitativa.

Avaliação de Impacto

Impacto do Programa Estado Presente na Taxa de Homicídios no Espírito Santo: Uma Avaliação Quantitativa e Qualitativa

A pesquisa é atribuída pela Secretaria de Estado de Planejamento (SEP) e executada pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES).

O projeto é coordenado por Sérgio Krakowiak (IJSN) e conta com mais 2 pesquisadores bolsistas na equipe.

Praia da Guarderia em Vitória

CARACTERIZAÇÃO DA POLÍTICA

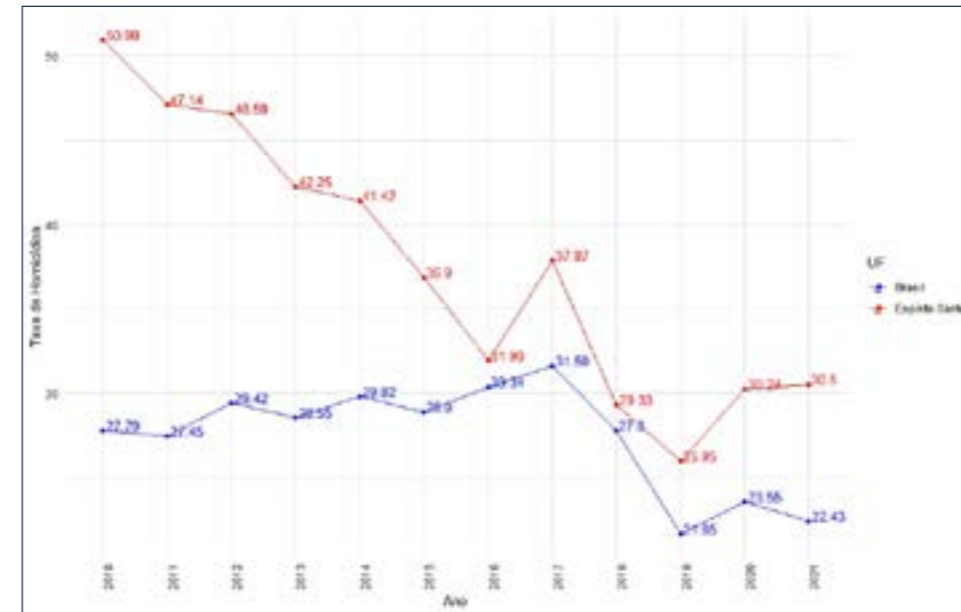


Figura 1: Histórico da Taxa de Homicídios do Espírito Santo | Arquivo: Caracterização da Política_Figura 1 | Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Datasus. Nota: os dados não contemplam mortes em conflito com as forças de segurança do Estado.

O Programa Estado Presente em Defesa da Vida é uma política pública transversal, voltada à redução da criminalidade, com foco em crimes letais. Implementada pelo Governo do Estado do Espírito Santo em 2011 e fundamentada no conceito de “Segurança Cidadã” do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), esta política adota uma abordagem integrada que combina dois eixos principais de ação: proteção policial e proteção social.

O eixo de proteção policial promove a repressão qualificada, com uso de inteligência policial, tecnologias avançadas, videomonitoramento e estratégias direcionadas a organizações criminosas e indivíduos de alta periculosidade. Essa abordagem é acompanhada de um modelo de gestão baseado em indicadores estratégicos e metas específicas, que privilegia o planejamento territorial, o monitoramento constante e a avaliação dos impactos das ações.

O eixo de proteção social, por sua vez, reconhece que

a violência é um fenômeno multicausal, influenciado por fatores como pobreza, desigualdade social, desemprego, desorganização urbana e a fragilização de instituições basilares, como a escola e a família. Para enfrentar essas questões, o programa investe em urbanização, educação, esporte, lazer e cultura, promovendo melhorias no ambiente comunitário, fortalecendo a cidadania e ampliando as oportunidades de qualificação para o mercado de trabalho. Além disso, contempla investimentos voltados à criação de vagas de trabalho e incentivo ao empreendedorismo.

O Programa Estado Presente é uma política pública transversal voltada à redução da criminalidade, em especial os crimes letais.

PANORAMA DA PESQUISA

De outubro a dezembro de 2024, foram realizados os procedimentos de contratação dos bolsistas das áreas de Economia e Jornalismo. No mesmo período, a bibliografia foi revisada, scripts em R foram elaborados, e os dados foram coletados e tratados. Em seguida, com técnicas econométricas avançadas de pareamento, foi criado um grupo de controle, etapa fundamental na avaliação estatística de políticas públicas. Os avanços

da pesquisa foram apresentados nas reuniões de 2 de outubro e 6 de dezembro de 2024, na sede do Instituto Jones dos Santos Neves.

Com técnicas econométricas avançadas de pareamento, foi criado um grupo de controle.

A partir de uma pesquisa abrangente, optou-se pelo método de Pareamento por Escore de Propensão Ponderado, aplicado em múltiplos períodos (três anos anteriores ao tratamento em 2019). Essa técnica permitiu a construção de um grupo de controle que replica com precisão o comportamento do grupo de tratamento no período pré-intervenção.

O pareamento é uma técnica econométrica que visa criar um grupo de controle cujas médias, em variáveis-chave associadas à variável de resultado, sejam altamente semelhantes às do grupo de tratamento. O objetivo é estabelecer um contrafactual, ou seja, uma estimativa do que teria ocorrido com a variável de resultado (a taxa de homicídios) se o grupo tratado não tivesse recebido o Programa Estado Presente.

Essa abordagem minimiza o viés nas estimativas, evitando que diferenças nas taxas de homicídio entre os grupos de tratamento e controle decorram de fatores preexistentes nas covariáveis determinantes. Esta técnica permite isolar o efeito do tratamento, neutralizando a influência de fatores de confusão que poderiam distorcer os resultados.

O processo utilizou o pacote PanelMatch, que permite o pareamento ao longo de múltiplos períodos pré-intervenção. Além de controlar fatores de confusão, essa

metodologia lida com os chamados “efeitos de carregamento” – influências de eventos prévios e não relacionados à intervenção, que poderiam alterar o comportamento da taxa de homicídios após a implantação da política. Ao mitigar essas interferências, o método aumenta a precisão e a confiabilidade das estimativas de impacto.

Foram utilizadas seis covariáveis amplamente validadas pela literatura como determinantes da taxa de homicídios para o cálculo dos escores de propensão ponderados: 1) proporção de homens jovens negros na população, 2) taxa de tentativas de homicídio por arma de fogo, 3) taxa de tentativa de homicídio por objeto cortante perfurante, 4) PIB per capita, 5) Taxa de abandono nos anos finais do ensino fundamental, 6) Taxa de Mortalidade Infantil (proxy do nível de desenvolvimento econômico municipal).

Esta técnica permite isolar o efeito do tratamento, neutralizando a influência de fatores de confusão que poderiam distorcer os resultados.

CRONOGRAMA DA PESQUISA

Nov | 2024

Contratação de bolsistas;
Revisão da literatura;
Coleta e tratamento de dados;
Programação de scripts em linguagem R;
Análise de dados e produção de estatísticas descritivas;

Jan | 2025

Estimação dos modelos

Mar | 2025

Estimação dos modelos;
Testes de violação de pressupostos de estimação e de robustez das estimativas;

Mai | 2025

Escrita dos artigos científicos;

Jul | 2025

Escrita dos artigos científicos;
Participação em congressos científicos nacionais e internacionais;
Submissão de artigos para periódicos científicos especializados;
Relatório Final de Pesquisa;

Set | 2025

Participação em congressos científicos nacionais e internacionais;
Submissão de artigos para periódicos científicos especializados;
Relatório Final de Pesquisa;
Publicação do Relatório Anual de Atividades do SIMAPP;

Out | 2024

Contratação de bolsistas;
Revisão da literatura

Dez | 2024

Contratação de bolsistas;
Revisão da literatura;
Coleta e tratamento de dados;
Programação de scripts em linguagem R;
Análise de dados e produção de estatísticas descritivas;
Estimação dos modelos;

Fev | 2025

Estimação dos modelos;
Testes de violação de pressupostos de estimação e de robustez das estimativas;

Abr | 2025

Estimação dos modelos;
Testes de violação de pressupostos de estimação e de robustez das estimativas;
Escrita dos artigos científicos;

Jun | 2025

Escrita dos artigos científicos;
Participação em congressos científicos nacionais e internacionais;
Submissão de artigos para periódicos científicos especializados;
Relatório Final de Pesquisa;

Ago | 2025

Escrita dos artigos científicos;
Participação em congressos científicos nacionais e internacionais;
Submissão de artigos para periódicos científicos especializados;
Relatório Final de Pesquisa;
Seminário de divulgação dos resultados;

RESULTADOS PARCIAIS

Embora a pesquisa esteja em seus primeiros meses, um objetivo crucial já foi alcançado: a construção de um grupo de controle que sirva como contrafactual ao grupo de tratamento. Esse avanço permite futuras inferências econométricas sobre o impacto do Programa Estado Presente na taxa de homicídios no Espírito Santo.

Os resultados indicam (figura 2) que, nos três anos anteriores à intervenção, a diferença entre as médias padronizadas das seis variáveis nos grupos de tratamento e controle foi inferior a 0,2 desvios padrão. Essa diferença é estatisticamente não significativa, indicando que os grupos eram essencialmente equivalentes antes da intervenção.

Além disso, observou-se um claro paralelismo nas trajetórias das taxas de homicídio nos dois grupos no

período pré-intervenção (figura 3), rompido apenas no início da política, em 2019. Isso evidencia o êxito na construção do grupo de controle, que simula como o grupo de tratamento evoluiria sem a intervenção. Esse esforço viabiliza a estimativa dos impactos da política na próxima fase da pesquisa.

Paralelamente, o projeto desenvolve um eixo qualitativo de pesquisa, com entrevistas às figuras-chave do Programa Estado Presente, membros das forças de segurança do estado e acadêmicos, realizadas em formato de podcast e atualmente em fase de agendamento.

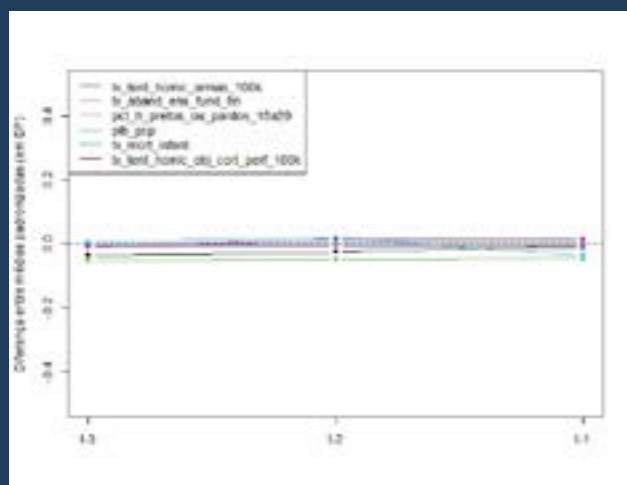


Figura 2: Pareamento por Escore de Propensão Ponderado. | Arquivo: Resultados Parciais_Figura 2 | Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.



Figura 3: Paralelismo de tendências. | Arquivo: Resultados Parciais_Figura 3 | Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa.

Impacto do programa Estado Presente na taxa de homicídios do Espírito Santo: Uma avaliação quantitativa e qualitativa.

Órgão finalístico: Secretaria de Estado de Economia e Planejamento (SEP)
 Coordenador responsável: Sérgio Krakowiak (IJSN). 2 pesquisadores.

A POLÍTICA

O Programa Estado Presente em Defesa da Vida é uma política pública transversal, voltada à redução da criminalidade. Implementada em 2011, se fundamenta no conceito de "Segurança Cidadã" do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e adota uma abordagem combinada em dois eixos principais: proteção policial, que promove a repressão qualificada, com uso de inteligência policial, videomonitoramento e estratégias voltadas a organizações e indivíduos de alta periculosidade; e proteção social, que fomenta o investimento em urbanização, educação, esporte, lazer e cultura.

A PESQUISA

Por uma pesquisa abrangente, foi escolhido o método de Pareamento por Escore de Propensão Ponderado, considerando os três anos anteriores ao tratamento em 2019. O pareamento é uma técnica econométrica que visa criar um grupo de controle a fim de estimar o que teria ocorrido com a taxa de homicídios se não houvesse tratamento, replicando com precisão o comportamento do grupo de tratamento antes da intervenção. Paralelamente, o projeto desenvolve um eixo qualitativo de pesquisa, com entrevistas às figuras-chave do Programa Estado Presente, membros das forças de segurança do estado e acadêmicos

Panorama da pesquisa

Dezembro 2024	Julho 2025
Contratação da Equipe	Produção de artigos para jornais e revistas
Revisão da literatura	Agosto 2025
Coleta, tratamento e análise de dados	Seminário de divulgação dos resultados
Programação de scripts em linguagem R	Setembro 2025
Abril 2025	Participação em congressos científicos
Estimação de modelos	Submissão de artigos para periódicos científicos
Testes de robustez das estimativas	Relatório final de pesquisa e de atividades do SiMAPP
Maio 2025	
Realização de entrevistas em Podcast	

RESULTADOS E ENCAMINHAMENTOS

A pesquisa alcançou a construção de um grupo de controle contrafactual ao grupo de tratamento. Os resultados parciais indicam êxito na construção do grupo de controle, que simula como o grupo de tratamento evoluiria sem a intervenção, um avanço

que permite futuras inferências econométricas sobre o impacto do Programa Estado Presente na taxa de homicídios no Espírito Santo. Com relação ao eixo qualitativo, a equipe concentra-se na organização do conteúdo das entrevistas, que se encontram em fase de agendamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Página do SiMAPP
<https://ijsn.es.gov.br/projetos-especiais/simapp>



Guia para avaliar e monitorar políticas públicas
<https://ijsn.es.gov.br/projetos-especiais/simapp/guia-para-avaliar-e-monitorar-politicas-publicas>



Relatório final Rede Abraço
<https://ijsn.es.gov.br/sumario-executivo-rede-abraco-2>

Diante do exposto, fica evidente que a implementação de um sistema de monitoramento e avaliação de políticas públicas representa um avanço significativo para a gestão pública estadual. Ao fornecer dados consistentes, análises qualificadas e subsídios técnicos para a tomada de decisão, o SiMAPP fortalece a capacidade dos organismos gestores de identificar potenciais dificuldades durante a implementação das políticas públicas, aprimorando estratégias para alcançar os resultados pretendidos.

Além de contribuir para a entrega de resultados mais eficazes, o sistema também se destaca por promover a articulação entre os diversos atores que compõem sua estrutura de governança. Essa inte-

gração contínua é fundamental para os processos de acompanhamento, revisão e ajuste operacional, garantindo que as políticas públicas permaneçam alinhadas às reais necessidades da população e aos objetivos estratégicos do Estado. Trata-se, portanto, de uma ferramenta essencial para a consolidação de uma gestão pública mais eficiente, colaborativa e orientada por evidências.

Através do SiMAPP, nesses 50 anos de IJSN, reafirmamos o compromisso de contribuir com a sociedade capixaba, com a formulação e o aprimoramento das políticas públicas. Essas e outras informações sobre as pesquisas e metodologias desenvolvidas pelo sistema encontram-se disponíveis no site do IJSN.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Microrodados do Censo Escolar da Educação Básica 2023*. Brasília, DF: Inep, 2024.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Lei nº 9.531, de 15 de setembro de 2010. Institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas – PEMC. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, Vitória, ES, 15 set. 2010.

_____. Lei nº 10.744, de 05 de outubro de 2017. Institui o Sistema de Monitoramento e de Avaliação de Políticas Públicas do Espírito Santo. Vitória, 2017. Disponível em: <<http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEI107442017.html>>. Acesso em: 12 set. 2024.

_____. Lei Complementar nº 928, de 25 de novembro de 2019. Estabelece diretrizes para a oferta de Educação em Tempo Integral nas escolas públicas estaduais e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, Vitória, ES, 25 nov. 2019.

_____. Secretaria de Estado da Educação. Portaria nº 145-R, de 19 de dezembro de 2019. Libera recursos financeiros de capital aos Conselhos de Escola – PROGEFE. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, Vitória, ES, 19 dez. 2019.

_____. Instrução de Serviço nº 38, de 2021: Criação dos Grupos. Vitória: IJSN, 2021. Disponível em: <<https://ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/SIMMAP/atos-normativos/Instrucao-de-servico-n38-de-2021-criacao-dos-grupos.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2024.

_____. Decreto nº 5664-R, de 27 de março de 2024. Dispõe sobre o Plano Estadual de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Espírito Santo. Diário Oficial dos Poderes do Estado. Vitória, ES, 28 mar. 2024. Disponível em: <https://ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/SIMMAP/atos-normativos/diario_oficial_2024-03-28_pag_22.pdf>. Acesso em: 17 set. 2024.

_____. Subsecretaria de Estado de Políticas sobre Drogas. Programa Estadual de Ações Integradas sobre Drogas – Rede Abraço. Vitória: SESD, 2024.

SANTOS, A. C.; BORGES, L. M. S. Avaliação Executiva do Sistema de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Espírito Santo – SiMAPP. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Administração Pública, Planejamento e Gestão Governamental) – Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, MG, 2023.

IPCC, 2014. Alterações climáticas 2014 - Impactos, adaptações e vulnerabilidade. Contribuição do grupo de trabalho II para o quinto relatório de avaliação do painel intergovernamental sobre alterações climáticas. IPCC, Genebra, Suíça. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2018/03/ar5_wg2_spmport-1.pdf>. Acesso em: Jan 2025.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). Guia para Avaliar Políticas Públicas – Volume 3: Avaliação ao Alcance de Todos: Análise Executiva. Vitória: IJSN, 2021. Disponível em: https://ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/PublicacoesAnexos/livros/IJSN_SiMAPP_Volume-03-1.pdf. Acesso em: 12 abr. 2024.